

## LEIS E DECRETOS



### DECRETO Nº 15.621, DE 23 DE Abril DE 2014

Altera o Decreto nº 13.500, de 23 de dezembro de 2008, que consolida e regulamenta disposições sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso da atribuição que lhe confere inciso XIII do art. 102 da Constituição Estadual, e considerando a necessidade de manter atualizada a legislação tributária estadual,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os dispositivos abaixo do Decreto nº 13.500, de 23 de dezembro de 2008, com as seguintes redações:

I – os incisos III e IV do caput e o § 3º, todos do art. 370, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2013:

“Art. 370. (...)

(...)

III – a partir de 1º de fevereiro de 2016, à Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 2; (Aj. SINIEF 1/13)

IV – a partir de 1º de fevereiro de 2016, ao Cupom Fiscal emitido por equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF). (Aj. SINIEF 1/13)

(...)

§ 3º Quando, a partir de 1º de fevereiro de 2016, a NF-e for emitida em substituição à:

I - Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, ou à Nota Fiscal de Produtor, modelo 4, será identificada pelo modelo 55;

II - Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 2, ou ao Cupom Fiscal emitido por equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), será identificada pelo modelo 65, respeitado o disposto nos incisos III e IV do caput deste artigo. (Aj. SINIEF 22/13)”

II – o inciso II do art. 391 – B, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2014:

“Art. 391 – B. (...)

(...)

II - a partir de 1º de fevereiro de 2016, pelo emitente da NF-e modelo 65, o Cancelamento de NF-e;

(...)”

III – a alínea “b” do inciso I do § 4º do art. 1.373, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2014:

“Art. 1.373. (...)

(...)

§ 4º (...)

I – (...)

(...)

b) ser usuários do Equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF e a partir de 1º de fevereiro de 2016, do Sistema de Autenticação e Transmissão de Cupom Fiscal Eletrônico - SAT-CF-e ou da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica - NFC-e, nos termos deste Regulamento; (Conv. ICMS 162/13)

(...)”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 23 de abril de 2014.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SECRETÁRIO DA FAZENDA

Of. 458



### O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, e tendo em vista o que consta no Ofício nº 36.101-1208/2013, de 29 de novembro de 2013, do Procurador Geral Adjunto do Estado, para Assuntos Administrativos, da Procuradoria Geral do Estado, AP.010.1.007299/13-85,

**R E S O L V E** nomear, **sub judice**, por força de decisão judicial e condicionada a permanência da aludida decisão proferida nos autos do Processo nº 0000637-37-2011-8-0050, do Juiz de Direito da Comarca de Esperantina/Poder Judiciário do Estado do Piauí, o candidato abaixo relacionado, para exercer pertencente à Secretaria de Justiça.

CARGO: AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS

ESPECIALIDADE: COZINHEIRO

MUNICÍPIO: ESPERANTINA

CLASS.	INSC.	NOME	IDENTIDADE
0007	057958	JOSÉ CARVALHO DE SAMPAIO	1128919-PI.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 23 de abril de

2014.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SECRETÁRIO DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Of. 459



## O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, e tendo em vista o que consta no Ofício nº 36.101-027/2014, de 14 de janeiro de 2014, do Procurador Geral Adjunto do Estado, para Assuntos Administrativos, da Procuradoria Geral do Estado, AP.010.1.000311/14-53,


**R E S O L V E** nomear, sub *judice*, por força decisão judicial e condicionada a permanência da aludida decisão proferida nos autos do Processo nº 0000133-11.2012.8.18.0110, da Juíza de Direito Titular da Comarca de Pimenteiras, do Poder Judiciário do Estado do Piauí, para exercer cargo efetivo pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, o candidato a seguir:

**CARGO: AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS**

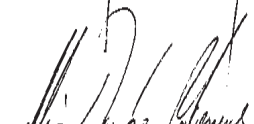
**ESPECIALIDADE: AUXILIAR DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA**

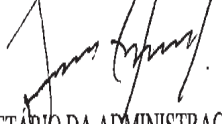
MUNICÍPIO: PIMENTEIRAS	
NOME	IDENTIDADE
JOMASIO DE SOUSA DANTAS	1632155 - PI.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 23 de abril de 2014.

  
GOVERNADOR DO ESTADO

  
SECRETÁRIO DE GOVERNO

  
SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

#### **SECRETARIA DE GOVERNO** **DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 2014**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **R E S O L V E**

**NOMEAR**, de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

**ÉZIO JOSÉ RAULINO AMARAL**, para exercer o Cargo em Comissão, de Assessor Especial do Governador, símbolo DAS-4, da Secretaria de Governo, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

#### **INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO PIAUÍ** **DECRETOS DE 22 DE ABRIL DE 2014**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, **R E S O L V E**

**EXONERAR, DE OFÍCIO**, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

**ANA CELIA LUZ ROCHA**, do Cargo em Comissão, de Diretor Administrativo-Financeiro, símbolo DAS-4, do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí, com efeitos a partir de 22 de Abril de 2014.

**MARDÔNIO SOARES LOPES**, do Cargo em Comissão, de Assessor Técnico II, símbolo DAS-3, do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí, com efeitos a partir de 22 de Abril de 2014.

**JOSÉ EDILSON GOMES PEREIRA**, do Cargo em Comissão, de Assessor Técnico II, símbolo DAS-3, do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí, com efeitos a partir de 22 de Abril de 2014.

**FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA**, do Cargo em Comissão, de Gerente de Operações, símbolo DAS-3, do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí, com efeitos a partir de 22 de Abril de 2014.

**ARY MENDES DE ARAUJO UCHOA**, do Cargo em Comissão, de Assessor Técnico III, símbolo DAS-4, do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí, com efeitos a partir de 22 de Abril de 2014.

**PATRICIA AMORIM GOMES**, do Cargo em Comissão, de Procurador-Chefe, símbolo DAS-4, do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí, com efeitos a partir de 22 de Abril de 2014.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **R E S O L V E**

**NOMEAR**, de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

**ROBERTO CESAR FONTENELLE NASCIMENTO**, para exercer o Cargo em Comissão, de Diretor Administrativo-Financeiro, símbolo DAS-4, do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí, com efeitos a partir de 22 de Abril de 2014.

**CLEA MORAES NOGUEIRA PARANAGUA**, para exercer o Cargo em Comissão, de Assessor Técnico II, símbolo DAS-3, do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí, com efeitos a partir de 22 de Abril de 2014.

**FELISBERTO LUSTOSA NOGUEIRA NETO**, para exercer o Cargo em Comissão, de Assessor Técnico III, símbolo DAS-4, do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí, com efeitos a partir de 22 de Abril de 2014.

## **SECRETARIA DE FAZENDA DECRETOS DE 15 DE ABRIL DE 2014**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

**EXONERAR, A PEDIDO**, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

**EMILIO JOAQUIM DE OLIVEIRA JUNIOR**, do Cargo em Comissão, de Assessor Técnico III, símbolo DAS-4, da Secretaria de Fazenda, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

**NOMEAR**, de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

**PHILIPPE SALHA**, para exercer o Cargo em Comissão, de Assessor Técnico III, símbolo DAS-4, da Secretaria de Fazenda, com efeitos a partir de 11 de Abril de 2014.

## **DECRETOS DE 22 DE ABRIL DE 2014**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

**EXONERAR, DE OFÍCIO**, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

**IGOR CHAVES TEIXEIRA**, do Cargo em Comissão, de Assistente de Serviços I, símbolo DAS-1, da Secretaria de Fazenda, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

**DAVIA MARIA CASTELO BRANCO CORDEIRO**, do Cargo em Comissão, de Assistente de Serviços I, símbolo DAS-1, da Secretaria de Fazenda, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

**MARIA GISELDA FERREIRA**, do Cargo em Comissão, de Assistente de Serviços II, símbolo DAS-2, da Secretaria de Fazenda, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

**PHELIPE NOGUEIRA DE CARVALHO**, do Cargo em Comissão, de Assessor Técnico II, símbolo DAS-3, da Secretaria de Fazenda, com efeitos a partir de 04 de Abril de 2014.

Of. 461

## PORTARIAS E RESOLUÇÕES



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GABINETE DO SECRETÁRIO

### EXTRATO DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ-SESAPI.

O Secretário da Saúde do Estado do Piauí, no uso de suas prerrogativas legais, RESOLVE:

• **PORTARIA nº 0424, de 08 de abril de 2014** – resolve de acordo com o processo SESAPI nº AA.900.1.007176/14-91, referente ao artigo 65, da Lei Complementar nº13, de 03.01.94, conceder o Adicional inicial de 3% (três por cento) a MARIA DE LOURDES SANTOS CANTUARIO, Cargo: Atendente de Enfermagem, Classe: III-E, Matrícula nº 020806-0, do quadro pessoal desta secretaria, prestando serviços: na Maternidade Dona Evangelina Rosa - Teresina -PI, e a elevação para 27% (vinte e sete por cento) a partir de 25/07/2003.

• **PORTARIA nº 0425, de 08 de abril de 2014** – resolve de acordo com o processo SESAPI nº AA.900.1.007188/14-06, referente ao artigo 65, da Lei Complementar nº13, de 03.01.94, conceder o Adicional inicial de 3% (três por cento) a MARIA SOLIMAR BATISTA DOS SANTOS, Cargo: Aux. de Serviço, Classe: III-A, Matrícula nº 044943-1, do quadro pessoal desta secretaria, prestando serviços: U.M.S. Miguel Pinheiro Lopes Palmeira do Piauí-PI, e a elevação para 15% (quinze por cento) a partir de 18/01/2003.

• **PORTARIA nº 0426, de 08 de abril de 2014** – resolve de acordo com o processo SESAPI nº AA.900.1.007259/14-07, referente ao artigo 65, da Lei Complementar nº13, de 03.01.94, conceder o Adicional inicial de 3% (três por cento) a MARIA DOS REMÉDIOS SANTOS E SILVA, Cargo: Servente, Classe: I-D, Matrícula nº 040488-8, do quadro pessoal desta secretaria, prestando serviços: no Hospital de São Félix do Piauí - PI, e a elevação para 21% (vinte e um por cento) a partir de 10/08/2003.

• **PORTARIA nº 0427, de 08 de abril de 2014** – resolve de acordo com o processo SESAPI nº AA.900.1.007176/14-91, referente ao artigo 65, da Lei Complementar nº13, de 03.01.94, conceder o Adicional inicial de 3% (três por cento) a ANTONIA ALVES DOS SANTOS COSTA, Cargo: Aux. de Serviços de, Classe: III-E, Matrícula nº 021861-8, do quadro pessoal desta secretaria, prestando serviços: no H.G.V. Teresina-PI, e a elevação para 21% (vinte e um por cento) a partir de 01/07/2003.

• **PORTARIA nº 0428, de 08 de abril de 2014** – resolve de acordo com o processo SESAPI nº AA.900.1.007038/14-15, referente ao artigo 65, da Lei Complementar nº13, de 03.01.94, conceder o Adicional inicial de 3% (três por cento) a EULÁLIA MARTINS DOS ANJOS, Cargo: Atendente de Enfermagem, Classe: III-E,



Matrícula nº 020845-X, do quadro pessoal desta secretaria, prestando serviços: na Maternidade Dona Evangelina Rosa - Teresina - PI, e a elevação para 24% (vinte e quatro por cento) a partir de 02/04/2002.

• **PORTARIA nº 0429, de 08 de abril de 2014** – resolve de acordo com o processo SESAPI nº AA.900.1.004731/14-49, referente ao artigo 65, da Lei Complementar nº13, de 03.01.94, conceder o Adicional inicial de 3% (três por cento) a BELISMARABELINA DE SOUSA MARTINS, Cargo: Atendente, Classe: I-C, Matrícula nº 040156-X, do quadro pessoal desta secretaria, prestando serviços: no Hospital Inhazinha Nunes Inhumá- PI, e a elevação para 21% (vinte e um por cento) a partir de 04/11/2001.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Secretário da Saúde do Estado do Piauí, em Teresina-PI, 08 de abril de 2014.

**MIRÓCLES CAMPOS VÉRAS NETO**

Secretário da Saúde Estado do Piauí

## EXTRATO DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ-SESAPI.

O Secretário da Saúde do Estado do Piauí, no uso de suas prerrogativas legais, RESOLVE:

• **PORTARIA nº 0430, de 08 de abril de 2014** – resolve de acordo com o processo SESAPI nº AA.900.1.007126/14-96, referente ao artigo 65, da Lei Complementar nº13, de 03.01.94, conceder o Adicional inicial de 3% (três por cento) a MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA, Cargo: Aux. de Enfermagem, Classe: III-E, Matrícula nº 020989-9, do quadro pessoal desta secretaria, prestando serviços: Maternidade Dona Evangelina Rosa Teresina -PI, e a elevação para 21% (vinte e um por cento) a partir de 11/01/2003.

• **PORTARIA nº 0431, de 08 de abril de 2014** – resolve de acordo com o processo SESAPI nº AA.900.1.007126/14-96, referente ao artigo 65, da Lei Complementar nº13, de 03.01.94, conceder o Adicional inicial de 3% (três por cento) a MARIA DO ROSÁRIO DE FATIMA SANTANA VELOSO Cargo: Atendente, Classe: I-A, Matrícula nº 042910-4, do quadro pessoal desta secretaria, prestando serviços: no Hospital Florisa Silva Jaicós - PI, e a elevação para 24% (vinte e quatro por cento) a partir de 22/09/2002.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Secretário da Saúde do Estado do Piauí, em Teresina-PI, 08 de abril de 2014.

**MIRÓCLES CAMPOS VÉRAS NETO**

Secretário da Saúde Estado do Piauí

Of. 1088

## EXTRATO DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ-SESAPI.

O Secretário da Saúde do Estado do Piauí, no uso de suas prerrogativas legais, RESOLVE:

• **PORTARIA nº 0445, de 09 de abril de 2014** – resolve de acordo com o processo SESAPI nº AA.900.1.032489/13-70, referente ao Item I, do artigo 110, da Lei Complementar nº13, de 03.01.94, CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 0008 de 08 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial do Estado nº 11 de 16/01/2014, que averbou o tempo de serviço prestado pela servidora MARIA AUGUSTA DA CUNHA, Cargo: Atendente de Enfermagem, Classe: III-E Matrícula nº 019201-5, do quadro de Pessoal desta Secretaria, prestando serviço: no H.G.V.- Teresina - PI, no (s) período (s) discriminado (s) abaixo:

Período de Contribuição	Cargo	Empregador
09/07/1980 a 20/11/1982	Cost. Industrial	Guadalaja AS Indústria de Roupas
19/10/1983 a 22/09/1987	Aux. Costura	Guadalaja AS Indústria de Roupas

• **PORTARIA nº 0446, de 09 de abril de 2014** – resolve de acordo com o processo SESAPI nº AA.900.1.032489/13-70, referente ao Item I, do artigo 110, da Lei Complementar nº13, de 03.01.94, conceder AVERBAÇÃO a MARIA AUGUSTA DA CUNHA, Atendente de Enfermagem, Classe: III-E Matrícula nº 019201-5, do quadro de Pessoal desta Secretaria, prestando serviço: no H.G.V.- Teresina - PI, por tempo de serviço, conforme certidão de tempo de contribuição expedida pela Previdência Social e discriminação abaixo, para efeito de aposentadoria e disponibilidade:

Período de Contribuição	Cargo	Empregador
09/07/1980 a 20/11/1982	Cost. Industrial	Guadalaja AS Indústria de Roupas
19/10/1983 a 22/09/1987	Aux. Costura	Guadalaja AS Indústria de Roupas

• **PORTARIA nº 0449, de 09 de abril de 2014** – resolve de acordo com o processo SESAPI nº AA.900.1.019125/13-95, referente ao Item I, do artigo 110, da Lei Complementar nº13, de 03.01.94, conceder AVERBAÇÃO JOSÉ FERREIRA DO AMARAL, Dentista, Classe: III-E Matrícula nº 036371-5, do quadro de Pessoal desta Secretaria, prestando serviço: DUVAS- Teresina - PI, por tempo de serviço, conforme certidão de tempo de contribuição expedida pela Previdência Social e discriminação abaixo, para efeito de aposentadoria e disponibilidade:

Período de Contribuição	Cargo	Empregador
01/04/1964 a 15/10/1973	Escriturário	Instituto Brasileiro do Café

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Secretário da Saúde do Estado do Piauí, em Teresina-PI, 09 de abril de 2014.

**MIRÓCLES CAMPOS VÉRAS NETO**

Secretário da Saúde Estado do Piauí

Of. 1084

## EXTRATO DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ-SESAPI.

O Secretário da Saúde do Estado do Piauí, no uso de suas prerrogativas legais, RESOLVE:

• **PORTARIA nº 0452, de 1 de abril de 2014** – resolve de acordo com o processo SESAPI nº AA.900.1.007710/14-83, referente ao artigo 65, da Lei Complementar nº13, de 03.01.94, conceder o Adicional inicial de 3% (três por cento) a MARIA RIBEIRO DOS GOMES, Cargo: Atendente, Classe: I-D, Matrícula nº 039414-9, do quadro pessoal desta secretaria, prestando serviços: no Hospital Maternidade Josefina getirana netta – Pedro II, e a elevação para 21% (vinte e um por cento) a partir de 01/01/2002.

• **PORTARIA nº 0453, de 11 de abril de 2014** – resolve de acordo com o processo SESAPI nº AA.900.1.007715/14-27, referente ao artigo 65, da Lei Complementar nº13, de 03.01.94, conceder o Adicional inicial de 3% (três por cento) a NELI DE FREITAS ROCHA, Cargo: Visitador, Classe: III-E, Matrícula nº 044821-4, do quadro pessoal desta secretaria, prestando serviços: no Hospital Alberto neto – Teresina PI, e a elevação para 27% (vinte e sete por cento) a partir de 22/01/2003.

• **PORTARIA nº 0454, de 11 de abril de 2014** – resolve de acordo com o processo SESAPI nº AA.900.1.007405/14-51, referente ao artigo 65, da Lei Complementar nº13, de 03.01.94, conceder o Adicional inicial de 3% (três por cento) a LINDALVA MARIA FERREIRA MARQUES, Cargo: Aux. de Enfermagem, Classe: III-E, Matrícula nº 040643-X, do quadro pessoal desta secretaria, prestando serviços: na DUVAS – Teresina PI, e a elevação para 24% (vinte e quatro por cento) a partir de 24/07/2002.

• **PORTARIA nº 0455, de 11 de abril de 2014** – resolve de acordo com o processo SESAPI nº AA.900.1.007580/14-09, referente ao artigo 65, da Lei Complementar nº13, de 03.01.94, conceder o Adicional inicial de 3% (três por cento) a ROSA LAURITA DE LIMA, Cargo: Atendente, Classe: III-E, Matrícula nº 042477-3, do quadro pessoal desta secretaria, prestando serviços: no Posto de Saúde de São José do Piauí, e a elevação para 18% (dezoito por cento) a partir de 05/10/2001.

• **PORTARIA nº 0456, de 11 de abril de 2014** – resolve de acordo com o processo SESAPI nº AA.900.1.026697/13-94, referente ao artigo 65, da Lei Complementar nº13, de 03.01.94, conceder o Adicional inicial de 3% (três por cento) a EUNICE VOGADO DE SOUSA DA TRINDADE, Cargo: Atendente, Classe: II-A, Matrícula nº 045151-7, do quadro pessoal desta secretaria, prestando serviços: na U.M.S. DR. Anfrísio neto L. C. Branco – Monte Alegre do Piauí PI, e a elevação para 21% (vinte e um por cento) a partir de 01/05/2002.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Secretário da Saúde do Estado do Piauí, em Teresina-PI, 11 de abril de 2014.

**MIRÓCLES CAMPOS VÉRAS NETO**  
Secretário da Saúde Estado do Piauí

## EXTRATO DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ-SESAPI.

O Secretário da Saúde do Estado do Piauí, no uso de suas prerrogativas legais, RESOLVE:

• **PORTARIA nº 0457, de 11 de abril de 2014** – resolve de acordo com o processo SESAPI nº AA.900.1.007420/14-06, referente ao artigo 65, da Lei Complementar nº13, de 03.01.94, conceder o Adicional inicial de 3% (três por cento) a MARIA DE MOURA CARVALHO FEITOSA,

Cargo: Agente Administrativo, Classe: II-A, Matrícula nº 042485-4, do quadro pessoal desta secretaria, prestando serviços: no Hospital Luis Josino de Barros – Bocaina PI, e a elevação para 21% (vinte e um por cento) a partir de 01/09/2000.

• **PORTARIA nº 0458, de 11 de abril de 2014** – resolve de acordo com o processo SESAPI nº AA.900.1.008090/14-20, referente ao artigo 65, da Lei Complementar nº13, de 03.01.94, conceder o Adicional inicial de 3% (três por cento) a HILDA COSTA DA SILVA, Cargo: Atendente, Classe: III-E, Matrícula nº 043511-2, do quadro pessoal desta secretaria, prestando serviços: no Hospital Reg. Sem. Cândido Ferraz – São R. Nonato, e a elevação para 21% (vinte e um por cento) a partir de 01/05/2002.

• **PORTARIA nº 0459, de 11 de abril de 2014** – resolve de acordo com o processo SESAPI nº AA.900.1.007656/14-40, referente ao artigo 65, da Lei Complementar nº13, de 03.01.94, conceder o Adicional inicial de 3% (três por cento) a MARIA ZÓZIMA CALAD Cargo: Dentista, Classe: III-E, Matrícula nº 018267-2, do quadro pessoal desta secretaria, prestando serviços: no H.G.V. Teresina PI, e a elevação para 30% (trinta por cento) a partir de 01/08/2003.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Secretário da Saúde do Estado do Piauí, em Teresina-PI, 11 de abril de 2014.

**MIRÓCLES CAMPOS VÉRAS NETO**  
Secretário da Saúde Estado do Piauí

Of. 1059



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE SAÚDE  
HOSPITAL COLÔNIA DO CARPINA

**PORTARIA Nº 003/2014**  
EM 14 de Abril 2014

**A COORDENADORA DO HOSPITAL COLÔNIA DO CARPINA – PARNAÍBA/PIAUI, no uso de suas prerrogativas, RESOLVE:**

1. Designar, os servidores abaixo relacionados, para compor a Comissão de Avaliação de Desempenho de Funcionário Efetivo do Hospital Colônia do Carpina (Parnaíba/Piauí).

.Sônia Maria Memória Portela.Mat.038760-6  
.Vitória Isaura Santos Castelo Branco.Mat.038791-6  
.Maria Francelina de Paiva Silva.Mat.182.158-0

2. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua assinatura.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Coordenação do Hospital  
Colônia do Carpina em Parnaíba – Piauí, em  
14 de Abril de 2014.

**Maria Francelina de Paiva Silva**  
Coordenadora do HCC

Of. 040



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
GABINETE DO SECRETÁRIO

**PORTARIA GDPG - Nº 116/2014**

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL, em exercício, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso XII da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005.

**RESOLVE:**

**DESIGNAR** os Defensores Públicos: **Ângela Martins Soares Barros, Armano Carvalho Barbosa e Manoel Mesquita de Araújo Neto**, para compor Comissão Organizadora do Concurso de Remoção de Defensores Públicos, nos termos da Resolução CSDP nº 07/2011.

**CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.**

**GABINETE DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL**, em Teresina, 11 de abril de 2014.

**PORTARIA GDPG - Nº 119/2014**

**RESOLVE:**

**DESIGNAR** os Defensores Públicos: **DÁRCIO RUFINO DE HOLANDA, FABRÍCIO MÁRCIO DE CASTRO ARAÚJO, ERISVALDO MARQUES DOS REIS, JULIANO DE OLIVEIRA LEONEL, SILVIO CESAR QUEIROZ COSTA, EDVALDAREGINA XAVIER ALMEIDA, SEBASTIAO JACKSON SANTOS BORGES, GERSON HENRIQUE SILVA SOUSA, ROBERT RIOS MAGALHÃES JÚNIOR e JÚLIO CESAR DUAILIBE SALEM FILHO** para atuarem no Mutirão do Tribunal do Júri, em regime de substituição e acumulação, no período de 12 a 29 de maio, cuja escala será organizada pela Diretoria Criminal da Defensoria Pública.

**CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.**

**GABINETE DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL**, em Teresina, 14 de abril de 2014.

**PORTARIA GDPG - Nº 120/2014**

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso III, da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005.

Considerando que não houve tempo hábil para a devida instalação do Núcleo da Defensoria Pública na Comarca de Valença do Piauí.

**RESOLVE:**

**PRORROGAR** os efeitos da Portaria GDPG 112/2014, para que a Defensora Pública LÍVIA DE OLIVEIRA REVOREDO continue atuando provisoriamente na 3ª Defensoria Pública da Infância e da Juventude da Defensoria Pública, adiando os efeitos da PORTARIA GDPG Nº.113/2014, até ulteriores deliberações.

**PORTARIA GDPG - Nº 121/2014**

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso III, da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005.

Considerando que não houve tempo hábil para a devida instalação do Núcleo da Defensoria Pública na Comarca de Jaicós.

**RESOLVE:**

**PRORROGAR** os efeitos da Portaria GDPG 081/2014, que lotou a Defensora Pública GERMANA MELO BEZERRA DIOGENES PESSOA para atuar provisoriamente no Núcleo Especializado de Defesa e Proteção do Idoso e Defesa da Pessoa com Deficiência da Defensoria Pública, adiando os efeitos da PORTARIA GDPG Nº.114/2014, até ulteriores deliberações.

**PORTARIA GDPG - Nº 123/2014**

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso XX da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005.

**RESOLVE:**

**DETERMINAR** que os Defensores Públicos lotados nas Defensorias Públicas de **Altos, Barras, Campo Maior, Castelo do Piauí, Corrente, Esperantina, Floriano, José de Freitas, Oeiras, Parnaíba, Picos, Piracuruca, Piriá, União, Jaicós e Valença**, auxiliem na realização do XIV Teste Seletivo, notadamente providenciando o local de aplicação das provas e informando-o à ESDEPI, para divulgação no site, bem como designando 02 (dois) fiscais que irão ajudá-los no dia da aplicação das provas.

**CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.**

**GABINETE DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL**, em Teresina, 16 de abril de 2014.

*Norma Brandão de Lavenère Machado Dantas*  
Defensora Pública-Geral

Of. 236

PORTARIA Nº 046 - GS/14 Teresina, 14 de abril de 2014.

O SENHOR SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 158 da Constituição do Estado do Piauí, e, ainda,

CONSIDERANDO o teor do art. 72, V, da Lei Complementar Estadual nº 037/2004;

CONSIDERANDO, ainda, o art. 30 da Lei Complementar Estadual nº 037/2004;

**RESOLVE:**

**Art. 1º - CONSTITUIR**, a Comissão de Promoção, composta pelos Delegados de Polícia Civil abaixo nominados, para procederem à avaliação dos requisitos de promoção por antiguidade e merecimento dos Delegados de Polícia Civil de terceira classe, a serem submetidos à apreciação superior, na forma da Lei Complementar nº 37/2004.

**MEMBROS**

**ROBERTO CARLOS SALES DA SILVA, Mat. 108.625-1 - PRESIDENTE**  
**ALESANDRO GONCALVES BARRETO, Mat. 108.601-4, e**  
**ADAIL ABDIAS DE BARROS, Mat. 009.839-6,**

**Parágrafo Único:** Os trabalhos desta Comissão serão secretariados pelos seguintes servidores: APC Miqueias do Espírito Santo Sousa, Mat. 108.371-6; EPC Rosângela Nascimento Silva, Mat. 108.325-2 e a APC Rosana Soares do Nascimento, Mat. 108.507-7.

**Art. 2º - ESTABELECE** o prazo de 8 (oito) dias, após publicação desta portaria, para que os policiais civis a serem avaliados procedam à juntada, na Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria da Segurança Pública, de certificados de conclusão de cursos, de recompensas e de medalhas, na forma da Lei Complementar nº 37/2004.

**Art. 3º - Revogadas** as disposições em contrário, esta Portaria passa a vigor a partir da data de sua publicação.

**CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.**

**GABINETE DO SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ**, em Teresina, 14 de abril de 2014.

*Luís Carlos Martins Alves*  
Secretário de Segurança Pública

Of. 278

## LICITAÇÕES E CONTRATOS



ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE GOVERNO

**Contrato de Prestação de Serviços**, data 14/04/2014 – que entre si celebram a PIAUI SECRETARIA DE GOVERNO e GRÁFICA E EDITORA DO POVO LTDA.

**Objeto do Contrato:** Assinatura anual de cinco exemplares do Jornal Diário do Povo.

**Execução e Vigência:** O prazo de vigência a partir de 15.04.2014 a 1504.2015.

**Valor Total:** R\$ 2.850,00 ( Dois mil, oitocentos e cinquenta reais ).

**Elemento de Despesa:** 339039

**Fonte Recursos:** 00

**Contratada:** GRÁFICA E EDITORA DO POVO. Representante: Roberto Mauro Soares da Paixão.

**Contratante:** PIAUI SECRETARIA DE GOVERNO.

Teresina, 15.04.2014.

**ANTONIO DE ALMENDRA FREITAS NETO**

SECRETARIO DE GOVERNO

**Contrato – nº 51798**, data 10/04/2014 – que entre si celebram a PIAUI SECRETARIA DE GOVERNO e O DIA AGENCIA LTDA.

**Objeto do Contrato:** Assinatura anual de um exemplar do jornal o dia.

**Execução e Vigência:** O prazo de vigência a partir de 15.04.2014 a 1504.2015.

**Valor Total:** R\$ 569,00 ( Quinhentos sessenta e nove reais )

**Elemento de Despesa:** 339039

**Fonte Recursos:** 00

**Contratada:** O DIA AGENCIA LTDA. Representante: TANIA MARIA DE CARVALHO.

**Contratante:** PIAUI SECRETARIA DE GOVERNO.

Teresina, 15.04.2014.

**ANTONIO DE ALMENDRA FREITAS NETO**

SECRETARIO DE GOVERNO

Of. 457



GOVERNO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 105/2014

**PROCESSO:** AA.900.1.032519/13-62/**ESPÉCIE:** Termo de contrato nº 105/2014/**CONTRATANTE:** Estado do Piauí, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde – SESAPI/ **INTERESSADO:** SEDE SAMU; 4º GERENCIA REGIONAL DE SAÚDE; DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA; CENTRAL DE TRANSPORTES; CEREST; ALMOXARIFADO CENTRAL; DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA; REDE DE FRIOS; DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE; SUGAD E FARMACIAS POPULARES EM TERESINA/ PI. / **MODALIDADE:** PREGÃO ELETRÔNICO 03/2014 – CPL/SESAPI. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE AÇUCAR E CAFÉ PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS SETORES SESAPI. **VALOR:** R\$ 34.573,00 (Trinta e Quatro Mil Quinhentos e Setenta e Três Reais). **DATA DA ASSINATURA:** 02/04/2014. **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 12 meses. **DATA DO REGISTRO:** 03/04/2014. **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 170101 - FUNSAÚDE. **FONTE:** 100 – TESOURO ESTADUAL. **SIGNATÁRIOS:** ERNANI DE PAIVA MAIA, Secretário de Estado da Saúde, pela Contratante e a Empresa./ ADALBERTO ROCHA DE ABREU – A R de Abreu & CIA LTDA – Contratado - Empresário. / Outras Informações na Comissão de Licitação da SESAPI.

Publique-se.

MIRÓCLES CAMPOS VÉRAS NETO  
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 972

### EXTRATO DO VI TERMO ADITIVO Nº 114/14

**PROCESSO:** AA.900.1.007338/14-91. **ESPÉCIE:** Sexto Termo Aditivo ao Contrato Nº 32/12 celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE e a Empresa OASIS CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA. **OBJETO:** Execução das obras de implantação de Sistema de Saneamento Básico nas Localidades “Brejão” e “Feira do Letreiro” no município de Antonio Almeida- Piauí, onde fica prorrogado o prazo de vigência contratual por mais 60 dias, a contar de 10.04.14. **VIGÊNCIA:** 09.06.14. **DATA DE ASSINATURA:** 08.04.2014. **SIGNATÁRIOS:** MIRÓCLES CAMPOS VÉRAS NETO – Secretário de Estado da Saúde; MARCELINO DE ALMEIDA ARAÚJO – Pela Contratada.

### EXTRATO DO II TERMO ADITIVO Nº 115/14

**PROCESSO:** AA.900.1.0006906/14-30. **ESPÉCIE:** Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 89/13 celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE e a Empresa ENGIPEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA. **OBJETO:** Perfuração de 01 poço tubular no município de Lagoa do Sítio - PI, 01 poço tubular no município de Aroeira do Itaim – PI e reabilitação de 11 poços tubulares em municípios diversos do Estado do Piauí: Loc.”Bom Princípio” (1) e “Barrigas” (1), em Tanque do Piauí; “Serra do Baliza” (1), em Dom Expedito Lopes-PI; “Três Potes” (1), em Picos-PI; “São Miguel” (2) e Sede em São João da Varjota-PI(2); “Serra Azul” (2), em Monsenhor Hipólito-PI; “Nova Varjota” (1), em Bocaina-PI, onde fica prorrogado o prazo de vigência contratual para o dia 31.12.14. **DATA DE ASSINATURA:** 25.03.2014. **SIGNATÁRIOS:** ERNANI DE PAIVAMAIA – Secretário de Estado da Saúde; ALCIDES EDUARDO VERAS FREITAS – Pela contratada.

### EXTRATO DO I TERMO ADITIVO Nº 116/14

**PROCESSO:** AA.900.1.029513/13-00. **ESPÉCIE:** Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 195/13 celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE e a Empresa CONSTRUTORA GALO BRANCO LTDA. **OBJETO:** Execução da Conclusão da Obra de Construção da Unidade de Pronto Atendimento – UPA – Pavimentação da área externa, no município de São Raimundo Nonato – PI, onde fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 120 dias, a contar de 27.12.2013. **VIGÊNCIA:** 26.04.2014. **DATA DE ASSINATURA:** 24.01.2014. **SIGNATÁRIOS:** ERNANI DE PAIVAMAIA - Secretário Estadual da Saúde; JOEL PEREIRA DE CASTRO - Sócio Administrador da Contratada.

Of. 1093

### AVISO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO FASE DE HABILITAÇÃO – TP14/2014

A Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, órgão da administração direta, por meio da Comissão Especial de Licitação, comunica a Decisão proferida em julgamento à fase de Habilitação da Tomada de Preços nº 14/2014-CEL/SESAPI/PROSAR, cujo objetivo é a construção de 40 (quarenta) Módulos Sanitários Domiciliares (MSD) nas Localidades “Campestre” e “Pajeú”, no Município de Flores do Piauí, que declarou HABILITADA a empresa EEMA – EMPREENDIMENTO DE ENGENHARIA DO MARANHÃO LTDA, CNPJ/MF nº 13.047.705/0001-06 e INABILITADAS a empresa GLAUBER TELES PEREIRA DA SILVA-ME, CNPJ/MF nº 17.921.053/0001-48, por deixar de atender aos itens 8.2.6, 8.2.7 e 8.2.20 do Edital e AMARANTE CONSTRUÇÃO - ME, CNPJ/MF nº 17.921.053/0001-48, por deixar atender aos itens 8.2.3 a 8.2.12 e 8.2.18 a 8.2.21 do Edital. Fica facultada a interposição de recurso em face do julgamento proferido, pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da presente publicação.

Teresina (PI), 16 de abril de 2014.

Mirócles Campos Vêras Neto  
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 1089

# Diário Oficial

10



Teresina(PI) - Quinta-feira, 24 de abril de 2014 • Nº 75



PUBLICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DE 2014



ORD	PROCESO	CONTRATO	PROCEDIMENTO	OBJETO / OBJETIVO	CONTRATADO	VIGENCIA	VALOR
01	1.846/11	Termo Aditivo 02/14 referente ao Contrato nº 100/2011	Pregão Presencial nº 058/2010/CCEL/PI	Alteração da Fonte de Recurso	Panificadora Ideal Ltda	-	O mesmo do Contrato
02	353/13	Termo Aditivo 01/14 referente ao Contrato nº 009/2013	Pregão Presencial nº 013/2011/UESPI/PI	Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada	Mutual Serviços em Prédios e Domicílios Ltda-ME	12 (doze) meses	84.967,56
03	1.036/12	Termo Aditivo 01/14 referente ao Contrato nº 046/2013	Artigo nº 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93.	Alteração da Fonte de Recurso	Antônio Portela Barbosa Filho	-	O mesmo do Contrato
04	979/11	Termo Aditivo 02/13 referente ao Contrato nº 097.1/2011	Pregão Presencial nº 007/2011/HEMOPI/PI	Aquisição de Reagentes para Heletroforese	Serpronto Comércio e Serviços de Produtos Médicos Ltda-EPP	12 (doze) meses	405.000,00

ANTÔNIO LAGES ALVES  
Diretor Geral do HEMOPI

Of. 100



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ  
HOSPITAL REGIONAL TIBÉRIO NUNES - FLORIANO-PI

## AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

**REFERENTE: TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2014**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 062/2014**  
**OBJETO: Aquisição de Eletrodomésticos e Diversos**

O HOSPITAL REGIONAL TIBÉRIO NUNES- HRTN, através da Comissão Permanente de Licitação torna público para conhecimento dos licitantes participantes da TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2014, que a mesma encontra-se suspenso devido ao Recurso Administrativo (disponível na sala da CPL/HRTN), interposto pela empresa FÊNIX COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA. Após a publicação contar-se-á 5 (cinco) dias úteis, igual período de recurso, para interposição das contra-razões, consoante consta no Art. 109, inciso I, alínea a, da Lei nº 8.666/93.

Floriano, 23 de abril de 2014.

**Edilza Porto Mousinho de Moraes Pereira**  
Presidente da Comissão

Of. 061



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA - SEINFRA

## AVISO DE RESULTADO FINAL TOMADA DE PREÇO Nº 12/2014 - CPL

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria da Infraestrutura do Estado do Piauí – SEINFRA torna público para conhecimento dos interessados que em sessão realizada em 23/04/2014 às 10:00 (dez

horas, para exame da proposta de preços apresentada pela empresa habilitada no pleito relativo à Tomada de Preço 12/2014 - CPL, destinada à Recuperação de Estrada Vicinal em Revestimento Primário no Município de Santa Cruz dos Milagres – PI, Trecho: Sede do Município Santa Cruz dos Milagres ao Município de Aroazes, com Extensão de 50,00km e Largura: 7,0m, obedecido o critério de julgamento prescrito no Edital, chegou-se ao seguinte resultado de classificação final da proposta: Empresa Classificada: 1º lugar: Forti Construções e Serviços Ltda: R\$ 1.160.790,59 (um milhão, cento e sessenta mil setecentos e noventa reais e cinquenta e nove centavos).

Teresina (PI), 23 de abril de 2014.

**Irene Ferreira da Silva**  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Of. 286



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DA FAZENDA

## EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2014

**Contratante:** Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí.  
**Contratada:** Evislane Araújo Luz.  
**Cpf:** 003.505.093-44  
**Objeto:** alteração de cláusula contratual.  
**Fundamentação:** Parecer nº PGE – PLC 202/2014 e Lei nº 8.666/93.  
**Vigência:** 12 (doze) meses, contados a partir de 02/01/2014.  
**Assinatura:** 01/04/2014.

Of. 028





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DOS TRANSPORTES - SETRANS

## AVISO DE JULGAMENTO DA ANÁLISE DA PROPOSTA TÉCNICA. TOMADA DE PREÇO Nº 001/14 - CPL

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Transportes do Estado do Piauí - SETRANS torna público e para conhecimento dos interessados, que após exame das propostas técnicas apresentadas pelas empresas participantes e habilitadas no pleito relativo a Tomada de Preço nº 001/2014 - CPL, destinada à Contratação de Empresa Especializada para Elaboração do Projeto de Engenharia dos Acessos Ligando a Avenida Frei Serafim a Avenida João XXIII e Urbanização da Área destinada aos Floristas da Ponte JK - Na Cidade de Teresina/PI, obedecido os critérios de julgamento prescrito no Edital, chegou-se ao seguinte resultado de classificação: Notas de Classificação: Adriano Melo Arquitetura e Urbanismo Ltda com NC 66,0 (sessenta e seis) pontos e Alta Engenharia de Consultoria Ltda com NC 93,0 (noventa e três) pontos. Fica assegurado o prazo de recurso a partir da publicação deste aviso, colocando à disposição de todos, o processo licitatório. Teresina (PI), 23 de abril de 2014

**Francisca Juliana Castello Branco Evaristo de Paiva**  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**ANTÔNIO AVELINO ROCHA DE NEIVA**  
Secretário de Transportes do Estado do Piauí

Of. 363



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEDUC/PI  
CEEP ANTONIO GENTIL DANTAS SOBRINHO  
RUA MARIQUINHA NOGUEIRA, 300 - PIMENTEIRAS-PI

## Extrato do convênio para concessão de estágio de estudantes de nº 03/2014

**Espécie:** Concessão de Convênio  
**Objeto** - O presente Convênio objetiva estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estágio de complementação educacional curricular junto a Empresa Santos e Amorim Consultoria LTDA-ME. O estágio constitui-se como instrumento de integração em termos de treinamento prático de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano aos alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos de técnico de nível médio (proeja) e integrado das unidades de educação profissional, no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Piauí.

**Parágrafo Único** - Os estágios previstos neste Convênio serão realizados nas dependências da concedente, consoante explicitados no correspondente termo de compromisso.

Pimenteiras-PI, 07 de Abril de 2014.

### Signatários:

Antonia Maria de Jesus  
Nome do(a) diretor(a) da Instituição de Ensino (autorizado pela Portaria de Nº GSE/ADM Nº 0451/2013)

Jackson Barbosa de Moura Amorim  
Diretora da Empresa Santos e Amorim Consultoria LTDA-ME  
CPF Nº 658.889.363-91  
RG 2042378  
Pimenteiras Piauí

Of. 123

## Extrato do convênio para concessão de estágio de estudantes de nº 04/2014

**Espécie:** Concessão de Convênio  
**Objeto** - O presente Convênio objetiva estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estágio de complementação educacional curricular junto a Empresa de Planejamento Político e Consultoria Contábil Ltda-me (consulplan). O estágio constitui-se como instrumento de integração em termos de treinamento prático de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano aos alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos de técnico de nível médio (proeja) e integrado das unidades de educação profissional, no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Piauí.

**Parágrafo Único** - Os estágios previstos neste Convênio serão realizados nas dependências da concedente, consoante explicitados no correspondente termo de compromisso.

Pimenteiras-PI, 07 de Abril de 2014.

### Signatários:

Antonia Maria de Jesus  
Diretora da Instituição de Ensino  
(autorizado pela Portaria de Nº GSE/ADM Nº 0451/2013)

Geovan da Silva Vieira  
Diretor da Empresa Consulplan  
CPF 373.257.953-00  
RG 1.005.905  
Valença do Piauí

Of. 122

## Extrato do convênio para concessão de estágio de estudantes de nº 05/2014

**Espécie:** Concessão de Convênio

**Objeto** - O presente Convênio objetiva estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estágio de complementação educacional curricular junto a Empresa G. B. Barbosa. O estágio constitui-se como instrumento de integração em termos de treinamento prático de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano aos alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos de técnico de nível médio (proeja) e integrado das unidades de educação profissional, no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Piauí.

**Parágrafo Único** - Os estágios previstos neste Convênio serão realizados nas dependências da concedente, consoante explicitados no correspondente termo de compromisso.

Pimenteiras-PI, 07 de Abril de 2014.

### Signatários:

Antonia Maria de Jesus  
Diretora da Instituição de Ensino  
(autorizado pela Portaria de Nº GSE/ADM Nº 0451/2013)

Gilmar Bezerra Barbosa  
Diretor da Empresa G. B. Barbosa  
CPF 131.835.243-68  
RG 1.130.159  
Valença - PI

Of. 121

## Extrato do convênio para concessão de estágio de estudantes de nº 06/2014

**Espécie:** Concessão de Convênio

**Objeto** - O presente Convênio objetiva estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estágio de complementação educacional curricular junto a Empresa J. F. B. de Lima. O estágio constitui-se como instrumento de integração em termos de treinamento prático de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano aos alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos de técnico de nível médio (proeja) e integrado das unidades de educação profissional, no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Piauí.

**Parágrafo Único** - Os estágios previstos neste Convênio serão realizados nas dependências da concedente, consoante explicitados no correspondente termo de compromisso.

Pimenteiras-PI, 07 de Abril de 2014.

### Signatários:

Antonia Maria de Jesus  
Diretora da Instituição de Ensino  
(autorizado pela Portaria de Nº GSE/ADM Nº 0451/2013)

José Francisco Batista de Lima  
Diretor da Empresa J. F. B. de Lima ( Conasc)  
CPF 349.927.073-00  
RG 1133731  
Valença do Piauí

Of. 120



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEDUC/PI  
CEEP - PAULO FERRAZ

## Extrato do convênio para concessão de estágio de estudantes de nº 001/2014

**Espécie:** Concessão de Convênio

**Objeto** O presente Convênio objetiva estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estágio de complementação educacional curricular junto ao DETRAN-PI. O estágio constitui-se como instrumento de integração em termos de treinamento prático de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano aos alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos técnicos de nível médio e pós-médio (subsequente) das unidades de educação profissional, no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Piauí.

**Parágrafo Único** - Os estágios previstos neste Convênio serão realizados nas dependências do DETRAN-PI, consoante explicitados no correspondente TERMO DE COMPROMISSO.

Teresina, 25 de fevereiro de 2014

João Cândido Pereira  
(autorizado pela Portaria de Nº GSE/ADM Nº 0074/2011)

José Antônio Vasconcelos

Of. 118



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEDUC/PI  
CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL RURAL PROFª  
MARIA AMÁLIA

### Extrato do convênio para concessão de estágio de estudantes de nº 0004/2013

**Espécie:** Concessão de Convênio

**Objetivo:** O presente convênio objetiva estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estágio de complementação educacional curricular junto a **SLC Agrícola S.A.** O estágio constitui-se como instrumento de integração em termos de treinamento prático de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano aos alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos de técnico de nível médio e pós-médio (subsequente) das unidades de educação profissional, no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Piauí.  
**Parágrafo Único** - Os estágios previstos neste Convênio serão realizados nas dependências da **SLC Agrícola S.A.**, consoante explicitados no correspondente TERMO DE COMPROMISSO.

Bertolínia, 30 de novembro de 2013

Adriana Brito Jaques  
Diretora

MARCELO FRANCISCO  
Responsável pela Empresa  
CPF: 016.606.429-73

Portaria de Nº GSE/ADM Nº 0459/2011

Of. 119



Governo do Estado do Piauí  
Instituto de Desenvolvimento do Piauí

# IDEPI

### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 01/2012

O Diretor Geral do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ - IDEPI, torna público, para conhecimento dos interessados e para que surta os feitos legais pertinentes que, diante da liberação da Licença Prévia e de Instalação pelo órgão competente condicionada pelo item 18.4.1 do Edital, homologou e adjudicou o certame licitatório referenciado, em que foi considerada vencedora a proposta de preço apresentada pela empresa **CONSORCIO PIRANGI**, no valor R\$ 93.302.345,57 (noventa e três milhões, trezentos e dois mil, trezentos quarenta e cinco reais, cinquenta e sete centavos), tudo conforme Relatório Final da CEL e Termo de Homologação constante do Processo Administrativo Nº 434/20113.

Teresina, 09 de abril de 2014

Elizeu Moraes de Aguiar  
Diretor Geral do IDEPI

### AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 001/2014 - CEL

O Presidente da Comissão Especial de Licitação do Instituto de Desenvolvimento do Piauí - IDEPI avisa aos interessados que instaurou licitação, por meio do Edital da Concorrência nº 001/2014 - CEL, que tem como objeto a Execução das Obras e Serviços de Engenharia da Adutora do Litoral - 2ª Fase, trecho ETA IV - Ilha Grande; trecho - Centro Integrado de Tratamento (CTI) Pindorama - Coqueiro; trecho - Coqueiro - Barra Grande, Automação, Rede de Distribuição e Ligações Domiciliares em Municípios da Microrregião do Litoral Piauiense. Os interessados deverão entregar os documentos de habilitação e propostas de preços, na sala da Coordenadoria de Licitações do IDEPI, sito à Rua Altos, 3541, Bairro Agua Mineral, em Teresina - Piauí, às **10:00 horas do dia 28 de maio de 2014**. A licitação é o tipo de Menor Preço e sob o regime de empreitada por Preço UNITÁRIO. Os recursos financeiros para a despesa decorrente desta contratação correm por conta de recursos do Estado do Piauí previstos para o Exercício de 2014, na dotação orçamentária 16.208.17544211.347, no elemento despesa 4490-51 na fonte 00. O Edital, Minuta do Contrato, Projetos, Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, Especificações Técnicas, encontram-se à disposição dos interessados, a partir do dia 22 de abril de 2014, na sala da Coordenadoria de Licitações do IDEPI, sito a Rua Altos, 3541, Agua Mineral, em Teresina-PI, Fone: (0XX86)3214-1016 e e-mail: [idepi09@yahoo.com.br](mailto:idepi09@yahoo.com.br), de segunda a sexta-feira, das 7:30 as 13:30 horas. O Edital e seus elementos constitutivos estarão disponíveis para consulta e aquisição. Publique-se.

Teresina (PI), 15 de abril de 2014.

Clóvis Portela Veloso  
Presidente da Comissão Especial de Licitação.

Of. 470



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A

### EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 006/2011

CONTRATO Nº 006/2011  
CONTRATANTE: EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ - EMGERPI.  
CONTRATADA: PIAUÍ SERVIÇOS - PESSOA E BARBOSA LTDA  
INTERVENIENTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ  
DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL: Acordam os presentes pactuantes pela alteração do valor do CONTRATO nº006/2011, a título de repactuação de preços, nos termos do Parecer CGE nº 001/2014, de 08.01.2014 (Processo nº AA. 002.1.015115/13-03, fls. 79-82) e do Parecer PGE/PLC nº 317/2014, de 06.03.2014 (Processo nº AA. 002.1.015115/13-03, fls. 99-103), passando o valor contratual a ser composto da seguinte forma:

SITUAÇÃO ANTERIOR	SITUAÇÃO ATUAL após REPACTUAÇÃO
16 Contínuos (ITEM 09, LOTE 02) - VALOR UNITÁRIO R\$ 1.820,72 - VALOR TOTAL R\$ 29.131,52	16 Contínuos (ITEM 09, LOTE 02) - VALOR UNITÁRIO R\$ 1.913,34 - VALOR TOTAL R\$ 30.613,4
04 Agentes de portaria noturno (ITEM 02, LOTE 03) - VALOR UNITÁRIO R\$ 2.325,71 - VALOR TOTAL R\$ 9.302,84	04 Agentes de portaria noturno (ITEM 02, LOTE 03) - VALOR UNITÁRIO R\$ 2.405,18 - VALOR TOTAL R\$ 9.620,72
19 Recepcionistas Nível I (ITEM 21, LOTE 03) - VALOR UNITÁRIO R\$ 1.830,64 - VALOR TOTAL R\$ 34.782,16	19 Recepcionistas Nível I (ITEM 21, LOTE 03) - VALOR UNITÁRIO R\$ 1.924,51 - VALOR TOTAL R\$ 36.565,69
13 Motoristas de veículos leves (ITEM 12, LOTE 03) - VALOR UNITÁRIO R\$ 2.014,13 - VALOR TOTAL R\$ 26.183,69	13 Motoristas de veículos leves (ITEM 12, LOTE 03) - VALOR UNITÁRIO R\$ 2.059,68 - VALOR TOTAL R\$ 26.775,84
01 Agente de portaria diurno (ITEM 01, LOTE 03) - VALOR UNITÁRIO R\$ 2.014,13 - VALOR TOTAL R\$ 2.019,58	01 Agente de portaria diurno (ITEM 01, LOTE 03) - VALOR UNITÁRIO R\$ 2.059,68 - VALOR TOTAL R\$ 2.059,68
02 Vigias noturno (ITEM 29, LOTE 02) - VALOR UNITÁRIO R\$ 1.735,00 - VALOR TOTAL R\$ 3.038,00	02 Vigias noturno (ITEM 29, LOTE 02) - VALOR UNITÁRIO R\$ 2.228,94 - VALOR TOTAL R\$ 4.457,88
01 Vigia diurno (ITEM 28, LOTE 02) - VALOR UNITÁRIO R\$ 1.519,00 - VALOR TOTAL R\$ 1.840,00	01 Vigia diurno (ITEM 28, LOTE 02) - VALOR UNITÁRIO R\$ 1.913,59 - VALOR TOTAL R\$ 3.827,18
01 Motorista de veículos pesados (ITEM 13, LOTE 03) - VALOR UNITÁRIO R\$ 1.840,00 - VALOR TOTAL R\$ 1.840,00	01 Motorista de veículos pesados (ITEM 13, LOTE 03) - VALOR UNITÁRIO R\$ 2.403,42 - VALOR TOTAL R\$ 2.403,42
<b>VALOR TOATAL: 109.767,79</b>	<b>VALOR TOTAL: 116.323,8</b>

DO VALOR - Pela prestação de serviços discriminados, o CONTRATANTE pagará à CONTRADA, por mês, a quantia de R\$ 116.323,85 (cento e dezesseis mil, trezentos e vinte e três reais e oitenta e cinco centavos)  
ASSINATURAS: GILBERTO ANTONIO NEVES PEREIRA DA SILVA (Diretor Presidente) pela EMGERPI, PAULO IVAN DA SILVA SANTOS (Secretário Estadual da Administração do Estado do Piauí) pela SEAD e GLEDSON CESAR EVERTON SILVA, pela EMPRESA PIAUÍ SERVIÇOS - PESSOA E BARBOSA LTDA.

Of. 474



### COORDENADORIA DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO Ato Administrativo

CONTRATO Nº 013/2014.

Referência: PREGAÇÃO PRESENCIAL SRP 007/2013/UESPI.

Processo Administrativo nº 03057/2013

Contratante: Defensoria Pública do Estado do Piauí

Contratado: RN MARQUES ARAUJO - AÇO MOVEIS.

Objeto: aquisição de equipamentos - Fogão Industrial para esta DPE.

Valor Total: R\$ 1.570,00 (um mil e quinhentos e setenta reais)

Fundamento Legal: nº Lei 8.666/93, art. 24, II.

Data de Assinatura: 24 de fevereiro de 2014.

Vigência: 06 (seis) meses a contar da data de sua assinatura do contrato, podendo ser prorrogável com fulcro no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Signatários: Norma Brandão de Lavenère Machado Dantas - Defensora Pública Geral do Estado e a Empresa RN MARQUES ARAUJO - AÇO MOVEIS.

Maiores informações: Coordenadoria das Licitações e Contratos da Defensoria Pública do Estado do Piauí.

Endereço: Rua Nogueira Tapety, 138, B. Noivos Teresina - PI ou pelo tel. (86) 3233-7407/8845-2422.

Of. 047



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI  
GABINETE DA REITORIA  
DDI/DIPLAN



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00754/2014**  
**ATO: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2014.**  
**CONTRATANTE:** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ- FUESPI.  
**CONTRATADA: EMPRESA VIVO S/A.**  
**OBJETO:** SERVIÇOS DE ACESSO MÓVEL A INTERNET (BANDA LARGA) COMPATÍVEL COM AS TECNOLOGIAS 4G E 3G, COM FORNECIMENTO DE 02 (DOIS) MODENS USB, EM REGIME DE COMODATO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: USB PARA A TRANSMISSÃO DE DADOS DE ALTA VELOCIDADE COMPATÍVEL AS TECNOLOGIAS 4G E 3G; CONEXÃO PARA A ANTENA EXTERNA PARA GANHO DE SINAL CELULAR; MODEM USB COMPATÍVEL COM WINDOWS XP SP2/SP3, WINDOWS VISTA SP1/SP2, WINDOWS 7, WINDOWS 8, MAC OS ( 10.5, 10.6, 10.7 E SUPERIORES) E LINUX ( UBUNTU 7.X, UBUNTU V8.X, UBUNTU V9, UBUNTU 10.04, FEDORA V8 E MADRIVA 2009); SUPORTA CARTÃO DE MEMÓRIA MICRO SD DE ATÉ 32GB ( OPCIONAL, NÃO ACOMPANHA O KIT) FUNÇÃO PENDRIVE.  
**VIGÊNCIA:** 12 meses.  
**FONTE DE RECURSO:** 00  
**ELEMENTO DE DESPESA:** 3390.39  
**VALOR MENSAL:** R\$ 119,00 (cento e dezenove reais),  
**DATA DA ASSINATURA:** 28/02/2014  
**SIGNATÁRIOS:** NOUGA CARDOSO BATISTA e JEFFERSON MARTINS MADUREIRA, NOANDER MARCEL SBROGLIA.  
**INFORMAÇÕES:** CPL/FUESPI.

Of. 322



GOVERNO DO PIAUÍ  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS  
DE RODAGEM DO PIAUÍ - DER/PI



**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2014**

O Diretor Geral do DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ - DER/PI, torna público, para conhecimento dos interessados e para que surta os feitos legais pertinentes que homologou e adjudicou o certame licitatório referenciado, em que foi considerada vencedora a proposta de preço apresentada pela empresa TRATORCENTER PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, no valor de R\$ 898.731,99 (oitocentos e noventa e oito mil, setecentos e trinta e um reais e noventa e nove centavos), tudo conforme Relatório Final da COPEL e Termo de Homologação constante do Processo Administrativo Nº 0335/2014.

Engº Severo Maria Eulálio Filho  
Diretor Geral - DER/PI

Of. 078

**EXTRATO DE RETIFICAÇÃO**

No extrato do Primeiro Termo de Aditamento ao Contrato PJU-27/2013 publicado na Edição Nº 70 do Diário Oficial do Estado do Piauí, pág. 18 do dia 14.04.2014, onde se lê com uma extensão de 27,670 Km, lêa-se com alteração na meta física para 15,94 Km.

Teresina, 16 de abril de 2014  
Engº. Severo Maria Eulálio Filho  
Diretor Geral - DER/PI

Of. 086

**EXTRATO DE CONTRATO PJU Nº 44/2014**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** Nº 2134/2013 – 2º Volume.  
**OBJETO:** Execução dos Serviços de Conservação e Manutenção da Malha Rodoviária Estadual compreendendo as Rodovias Estaduais, Acesso de Ligação, Anéis, Contornos e arco do Território de Desenvolvimento da Chapada das Mangabeiras, nas Rodovias; PI-254; 260; 411; 255; 415; 413; 257; 392; 252; 395; Trechos: Entr: BR-135; Entr: PI 415; Entr: PI-225; Entr: BR-135; Entr: BR-135, com uma extensão total de 590,00 km, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses e de vigência de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.  
**CONTRATADA: TERRACON TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA.**  
**VALOR:** R\$ 4.820.952,20 (quatro milhões, oitocentos e vinte mil,

novecentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos).  
**FUNDAMENTO LEGAL:** Concorrência Nº 002/2014.  
**DATA:** 15 de abril de 2014.  
**Assinaturas:** Engº Severo Maria Eulálio Filho (Diretor Geral do DER/PI) e Engº José Terto Filho Representante Legal/Terracon Terraplenagem e Const. Ltda.

Of. 087

**EXTRATO DE CONTRATO PJU Nº 43/2014**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** Nº 2137/2013 – 3º volume.  
**OBJETO:** Execução dos Serviços de Conservação e Manutenção da Malha Rodoviária Estadual compreendendo as Rodovias Estaduais, (Território do Desenvolvimento dos Carnaubais), nas Rodovias Estaduais; PI-115; 323; 322; 320; 114; 331; 133 e 221, trechos: Entr: BR- 343 / Entr: PI 115/ Entr: PI-115 / Entr: BR- 343 / Entr: 343 e Entr: PI – 451 / Novo Santo Antônio, com uma extensão total de 444,00 km pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses e de vigência de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.  
**CONTRATADA: TERRACON TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA.**  
**VALOR:** R\$ 3.690.538,73 (três milhões, seiscentos e noventa mil, quinhentos trinta e oito reais e sessenta e três centavos).  
**FUNDAMENTO LEGAL:** Concorrência Nº 006/2014.  
**DATA:** 15 de abril de 2014.  
**Assinaturas:** Engº Severo Maria Eulálio Filho (Diretor Geral do DER/PI) e Engº José Terto Filho Representante Legal/Terracon Terraplenagem e Const. Ltda.

Of. 085

**EXTRATO DE CONTRATO PJU Nº 45/2014**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 1916/2013 – 3º volume  
**OBJETO:** Execução dos Serviços de Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ de diversas Ruas no Município de Parnaíba – PI, com uma extensão de 55.620,38 m, prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias e a vigência contratual é de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.  
**CONTRATADA: PAC ENGENHARIA LTDA**  
**VALOR:** R\$ 16.985.722,84 (dezesseis milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, setecentos e vinte e dois reais e oitenta e quatro centavos).  
**FUNDAMENTO LEGAL:** CONCORRÊNCIA Nº 046/2013  
**DATA:** 16 de abril 2014.  
**Assinaturas:** Engº Severo Maria Eulálio Filho (Diretor Geral do DER/PI) e Engº Francisco Marcelo Carvalho Mendes/Resp. Técnico e Legal/Pac Eng. Ltda.

Of. 088

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUABRANCA – PI  
AVISO DE LICITAÇÃO**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 001/14 – Repetição**  
**O MUNICÍPIO DE AGUA BRANCA – PI, através da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, torna público, para o conhecimento de todos os interessados que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL ADJUDICAÇÃO GLOBAL, regida pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. DATA DA ABERTURA: 12/05/2014 às 08h00min. OBJETO:** Selecionar empresa especializada para prestação de serviços de construção de 01 (uma) Escola de 06 (seis) salas no Bairro COMPASA. **FONTE DE RECURSO:** FPM/ IPTU/ISS/IPVA/ICMS/FNDE/OGM. Valor estimado: R\$ 1.021.956,00. **CÓPIA DO EDITAL:** O Edital e seu anexo estarão à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal.

Água Branca (PI), 22 de abril de 2014.  
Antonio Moraes Sobral Neto  
Presidente CPL

P.P. 16990

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS DO PIAUÍ  
AVISO DE LICITAÇÃO**

**TOMADA DE PREÇO Nº 016/2014.**  
A Prefeitura Municipal de Campinas do Piauí, torna público para os interessados que fará realizar no dia 12 de Maio de 2014, às 09:00 hs, licitação na modalidade Tomada de Preço, em regime de empreitada menor preço global, para execução de obras e serviços de engenharia de Pavimentação em paralelepípedo, conforme especificações nos anexos desta Tomada de Preço e em conformidade com o convênio firmado com Governo do Estado, através da Secretaria Estadual de Defesa Civil e o Município de Campinas do Piauí. O edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Campinas do Piauí, na Praça Nelson de Moura Fé nº 125 – Centro, no período de segunda a sexta, com exceção dos feriados das 08:00 as 12:00.

Campinas do Piauí (PI), 22 de Abril de 2014.

Marlon da Cruz  
Presidente da CPL

P.P. 16987



## AVISODE LICITAÇÃO PREFEITURAMUNICIPALDESAO JOSÉ - PI

TOMADA DE PREÇO nº 002/2014, Objeto: SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA ESCOLAR COBERTA COM VESTIÁRIO, Tipo: MENOR PREÇO SOB-REGIME DE EMPREITADA POR TEMPO GLOBAL; Fonte de Recursos: FNDE, abertura dia 09 de maio de 2014 às 07h:00m, cópia do edital poderá ser adquirida por qualquer licitante elegível, na sede da Prefeitura Municipal no setor de licitação, trazer consigo 01 cd ou 01 pen-drive para cópia.  
São José do Piauí - PI, 14 de Abril de 2014.

## AVISODE LICITAÇÃO PREFEITURAMUNICIPALDESAO LUIS DO PIAUI-PI

Tomada de Preço: 003/2014, Processo Administrativo: 019/2014  
**OBJETO:** Contratação de uma empresa de engenharia para execução de serviços de melhorias em sistemas de abastecimento de água; Localização: Povoados Baixas, Milhos, Melancias, Escondido e Boa Mente, Neste Município.  
**Data da Abertura:** 09 de Maio de 2014 às 10:30 horas.  
**CÓPIA COMPLETA DO EDITAL:** poderá ser adquirida por qualquer licitante elegível, mediante ao pagamento da taxa de R\$ 100,00 (cem reais), no setor de licitação – localizada na sede da Prefeitura do município na Av. Luis Borges, 660, Centro, São Luis do Piauí, 64.638-000, trazer consigo 01 cd ou 01 pen-drive para cópia.  
São Luis do Piauí – PI, 15 de Abril de 2014

P.P. 16989

## PREFEITURAMUNICIPALDEPICOSPÁUÍ EXTRATO DE CONTRATO

### Contrato Pregão Presencial nº 033/2014.

Modalidade: **Pregão Presencial**. Objeto: aquisição de 06 veículos tipo passeio, com capacidade para 05 pessoas, flex, motor 1.0, ano/modelo 2013/2014, ar condicionado, direção hidráulica, 04 portas para a ESF, unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde. Contratante: Secretaria Municipal de Saúde, Contratado: Pivel- Picos Veículos Ltda. Valor: R\$ 219.000,00. Recurso: Recursos do SUS, FMS e recursos próprios. Vigência: 11/04/2014 à 31/12/2014. Assinatura: 10/04/2014.

Picos (PI), 11 de abril de 2014.

**Zenaide Leal de Sousa**  
Pregoeira

### RETIFICAÇÃO

Em Retificação ao Extrato de Contrato da Tomada de Preços nº 002/2014-II publicado no D.O.E no dia 08/04/2014. Nº 66, página 15, **onde se lê 225 DIAS leia-se em 195 DIAS.**

Picos (PI), 23 de abril de 2014.

**Zenaide Leal de Araújo**  
Presidente da CPL

P.P. 16994

## PREFEITURAMUNICIPALDEPICOS-PI AVISODE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PICOS – PI, através da CPL, torna público, que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL n. 044/2014**, Sistema Registro de Preços, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, em 09/05/2014, às 11:30h, tendo como objeto aquisição de lanches, refeições prontas e pães para a Prefeitura Municipal de Picos e suas Secretarias através do sistema de registro de preços. **RECURSO:** FPM, ICMS, ARRECADACAO, IPTU, FEPE OUTRAS RECEITAS PRÓPRIAS, FUNDEB, EJA, FNDE-BRASIL, ALFABETIZADO, QSE E FONTES DE RECURSOS PROPRIOS, FMAS, PAIF-CRAS, IGD-PBF, IGD-SUAS, PBVA-SCFV, PRO-JOVEM, CREAS, PFMC, PFMC-MSE, ACESSUAS TRABALHO, AÇÃO DO PROJOVEME OUTRAS RECEITAS PRÓPRIAS, RECURSOS DO SUS, RECURSOS PROPRIOS FMS. **VALOR ESTIMADO:** LOTE I- LANCHES: R\$300.000,00; LOTE II- REFEIÇÕES PRONTAS: R\$400.000,00; LOTE III- PÃES: R\$240.000,00. **EDITAL:** na Rua Marcos Parente, 155, centro.

Picos (PI), 23 de abril de 2014.

**Zenaide Leal de Sousa**  
Pregoeira

P.P. 16998

## PREFEITURAMUNICIPALDEBOCAINA-PI AVISODE ADIAMENTO LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE BOCAINA – PI, através da CPL, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N. 014/2014**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, em 08/05/2014 às 08:30 h, tendo como objeto prestação de serviços para o transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino do município de Bocaína-Pi. Valor estimado do km rodado: R\$ 1,70. **RECURSO:** FPM, ICMS, IPVA, FUNDEB, PNATE e outras receitas próprias. **EDITAL:** Setor de licitação da Prefeitura Municipal de Bocaína-PI.

Bocaína (PI), 23 de abril de 2014.

**Luís Henrique Carvalho Moura de Barros**  
Pregoeiro

P.P. 16996

## PREFEITURAMUNICIPALDE RIO GRANDE DO PIAUI AVISODE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2014

Em 09/05/2014 às 08:30hs. **OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia para a realização dos serviços de cobertura da Quadra Esportiva da U. E Creusa Dias Pessoa do município de Rio Grande do Piauí. **REGIME:** Empreitada tipo Menor Preço; **FORNECEDOR:** FNDE e outros recursos do município através do Orçamento Geral do Município. Cópia do Edital na sede da Prefeitura.

Rio Grande do Piauí, 23 de abril de 2014.

**JOÃO DE SOUSA CORREIA**  
Presidente da CPL

P.P. 16988

## PREFEITURAMUNICIPALDECAJAZEIRAS DO PIAUÍ AVISODE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS nº 002/2014

Interessado: Município de Cajazeiras do Piauí (PI). Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de Construção de uma Escola de 06 (seis) Salas na E. Municipal Aldemar Carimo, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Cajazeiras do Piauí-PI. Data da Sessão: 09/05/2014 – Credenciamento e recebimento dos envelopes Proposta e documentação. Abertura das Propostas: 08:30 horas. Valor estimado: R\$ 1.021.956,00 (hum milhão vinte e um mil novecentos e cinquenta e seis reais). Endereço: Rua Eliseu Ribeiro, nº 15, Centro – Cajazeiras do Piauí. Maiores informações poderão ser adquiridas junto ao Pregoeiro, no endereço acima citado, em dias úteis de segunda à sexta, de 08h00min às 12h00min.

Cajazeiras do Piauí (PI), 23 de Abril de 2014.

**FRANCISCO TEIXEIRA LEAL JUNIOR**  
Presidente da CPL

## PREFEITURAMUNICIPALDEMONTEALEGRE DO PIAUÍ AVISOS DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 007/2014

Processo Administrativo: 019/2014. Tipo: menor preço global. Data e horário da sessão de abertura: 09/05/2014, às 10h00min. Local: Sala das licitações, na Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Piauí. Objeto: Reforma Geral e Construção do Abrigo de Resíduos Sólidos da Unidade de Saúde Anfriso Neto Castelo Branco. Fonte de Recursos: Convênio Estado do Piauí por meio da Secretaria da Saúde e Prefeitura de Monte Alegre (Tesouro Estadual). Maiores informações e edital poderá ser obtido na Rua Demerval Lobão, centro no prédio da Prefeitura de Monte Alegre do Piauí. Fone (89) 3577-1260.

Monte Alegre do Piauí, 23 de abril de 2014.

**DECIONERY DE MELO LOPES**  
Presidente da Comissão de Licitação.

## PREFEITURAMUNICIPALDEALVORADA DO GURGUÉIA-PI RESUMO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2014

Processo Administrativo nº 034/2014. O Município de Alvorada do Gurguéia – PI, no dia 12/05/2014, fará realizar-se às 08:00h, na sede da Prefeitura, Avenida Gurguéia, nº. 695, Centro, a Tomada de Preços nº 003/2014, objeto: construção de uma Escola Municipal, com 06 (seis) salas de aulas, no assentamento Cascavel, zona rural do município, Termo de Compromisso PAR nº 17578/2013, conforme especificações técnicas dos projetos, instruções contidas na Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012, Resolução/CD/FNDE nº 14/2012 e a Resolução/CD/FNDE nº 24/2012, de 02 de julho de 2012, alterada pela Resolução/CD/FNDE, nº 34, de 15 de agosto de 2012, sob o regime de Empreitada Global, mediante condições estabelecidas no Edital e na Lei nº 8.666/93. Informações na sede da Prefeitura no horário de 08:00h às 12:00h, no mesmo endereço.

Alvorada do Gurguéia/PI, 15 de abril de 2014

**RENATO GOMES LIMA**  
Presidente da CPL

P.P. 16997

## OUTROS

**O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS**, CNPJ Nº. 00.043.711/0004-96, situado na Rodovia Br343 Km 16, s/n, Zona Rural, CEP 64.200-000, Parnaíba-PI, torna público que requereu a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR - PI, o pedido de renovação da licença 1853/08 Transporte de Produtos Perigosos e mudança de titularidade dessa licença para o órgão Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

**O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS**, CNPJ Nº. 00.043.711/0004-96, situado na Rodovia Br343 Km 16, s/n, Zona Rural, CEP 64.200-000, Parnaíba-PI, torna público que requereu a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos-SEMAR-PI, o pedido de renovação da licença 1281/09 Posto de Abastecimento Tanques Aéreos de Combustíveis e mudança de titularidade dessa licença para o órgão Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS

**O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS**, CNPJ Nº. 00.043.711/0004-96, situado na Rodovia Br343 Km 16, s/n, Zona Rural, CEP 64.200-000, Parnaíba-PI, torna público que requereu a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos-SEMAR-PI, o pedido de renovação da licença 463/09 Estação de Tratamento de Esgoto e de Água, Plano de Gerenciamento de Resíduos Líquidos e Sólidos e de Serviços de Saúde(Ambulatório Médico) e mudança de titularidade dessa licença para o órgão Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS

**O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS**, CNPJ Nº. 00.043.711/0004-96, situado na Rodovia Br343 Km 16, s/n, Zona Rural, CEP 64.200-000, Parnaíba-PI, torna público que requereu a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos-SEMAR-PI, o pedido de renovação da Autorização para Manejo de Fauna Silvestre-nº 0014/2013

**O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS**, CNPJ Nº. 00.043.711/0004-96, situado na Rodovia Br343 Km 16, s/n, Zona Rural, CEP 64.200-000, Parnaíba-PI, torna público que requereu a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos-SEMAR-PI, o pedido de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos para dois poços artesanais com vista a reservar determinado volume outorgável, para: Empreendimento: Projeto de Irrigação Tabuleiros Litorâneos do Piauí. Denominação da Fonte: 02 Poços Artesianais. Localização Geográfica: 01 Poço Latitude: 03° 04' 59,34" S Longitude: 41°46' 56,18" W SAD 69 02 Poço Latitude: 03° 04' 58,31" S Longitude: 41°46' 50,28" W SAD 69 Localização hidrográfica: Bacia do Parnaíba Sub-bacia: Longá. Volume Requerido (m³/ano): 800 m³/ano por poço, totalizando 1.600 m³/ano. Finalidade do Uso da Água: Infraestrutura de apoio e abastecimento das instalações

**O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS**, CNPJ Nº. 00.043.711/0004-96, situado na Rodovia Br343 Km 16, s/n, Zona Rural, CEP 64.200-000, Parnaíba-PI, torna público que requereu a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos-SEMAR-PI, o pedido de Licença de Operação para dois poços artesanais com vista a reservar determinado volume, para: Empreendimento: Projeto de Irrigação Tabuleiros Litorâneos do Piauí. Denominação da Fonte: 02 Poços Artesianais. Localização Geográfica: 01 Poço Latitude: 03° 04' 59,34" S Longitude: 41°46' 56,18" W SAD 69 02 Poço Latitude: 03° 04' 58,31" S Longitude: 41°46' 50,28" W SAD 69 Localização hidrográfica: Bacia do Parnaíba Sub-bacia: Longá. Volume Requerido (m³/ano): 800 m³/ano por poço, totalizando 1.600 m³/ano. Finalidade do Uso da Água: Infraestrutura de apoio e abastecimento das instalações

P.P. 16997

**ABCOM - Associação Brasileira das Distribuidoras de Combustíveis**  
CNPJ/MF nº 06.190.778/0001-97

Edital de Convocação

Assembleia Geral de Transformação da Associação Brasileira das Distribuidoras de Combustíveis - ABCOM em Sindicato

O Diretor Presidente da ABCOM- Associação Brasileira das Distribuidoras de Combustíveis, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todas as distribuidoras de combustíveis regularmente constituídas em todo o território nacional e os associados da entidade para participarem da assembleia geral que se realizará em sua sede, sito à Avenida Itaitaia, 508, Conjunto 01, Bairro Alto da Boa Vista, CEP 14.025-240, Ribeirão Preto-SP, no dia 16 de junho de 2014, às 16 horas, para deliberação de todos os presentes da seguinte ordem do dia: **1)** Transformação da Associação Brasileira das Distribuidoras de Combustíveis ABCOM em Sindicato Brasileiro das Distribuidoras de Combustíveis - SINBRACOM que representará a categoria das Distribuidoras de Combustíveis regularmente constituídas em todo o território nacional; **2)** Discussão e aprovação do estatuto social do sindicato; **3)** Eleição e posse da primeira diretoria. Ribeirão Preto/SP, 22 de abril de 2014. Valdemar De Bortoli Junior

P.P. 16986

### EDITAL - POÇO TUBULAR

**ITAPISSUMA S/A** CNPJ 11.482.080/0001-85, torna público que recebeu da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR/PI as **Licenças Prévia e de Instalação (LP/LI) e Outorga Preventiva, incluindo adutora**, para: Empreendimento: Poço tubular – Município de Fronteiras-PI. Denominação da fonte: **POB**. Localização geográfica: Lat.: 06°56'27"S Long.: 040°30'51"W Localização hidrográfica: Bacia do Rio Guaribas / Riacho Marçal. Volume outorgável reservado (m³/ano): 29.988. Finalidade do uso da água: Uso Industrial (Fab. Cimento); Prazo de vigência: 24/02/2014 Término: 24/02/2016; Extensão da adutora: 1.335,51 m.

### EDITAL - POÇO TUBULAR

**ITAPISSUMA S/A** CNPJ 11.482.080/0001-85, torna público que recebeu da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR/PI as **Licenças Prévia e de Instalação (LP/LI) e Outorga Preventiva, incluindo adutora**, para: Empreendimento: Poço tubular – Município de Fronteiras-PI. Denominação da fonte: **POD**. Localização geográfica: Lat.: 06°57'11"S Long.: 040°31'33"W Localização hidrográfica: Bacia do Rio Guaribas / Riacho Marçal. Volume outorgável reservado (m³/ano): 29.988. Finalidade do uso da água: Uso Industrial (Fab. Cimento); Prazo de vigência: 24/02/2014 Término: 24/02/2016; Extensão da adutora: 590,55 m.

### EDITAL - POÇO TUBULAR

**ITAPISSUMA S/A** CNPJ 11.482.080/0001-85, torna público que recebeu da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR/PI as **Licenças Prévia e de Instalação (LP/LI) e Outorga Preventiva, incluindo adutora**, para: Empreendimento: Poço tubular – Município de Fronteiras-PI. Denominação da fonte: **POF**. Localização geográfica: Lat.: 06°58'35"S Long.: 040°32'37"W Localização hidrográfica: Bacia do Rio Guaribas / Riacho Marçal. Volume outorgável reservado (m³/ano): 29.988. Finalidade do uso da água: Uso Industrial (Fab. Cimento); Prazo de vigência: 24/02/2014 Término: 24/02/2016; Extensão da adutora: 528,82 m.

### LICENÇA AMBIENTAL

**COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO CBE**, CNPJ 27.184.936/0047-59, torna público que recebeu da SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SEMAR/PI a prorrogação da Licença de Instalação (LI) referente à lavra de calcário das áreas QX-09 e QX-10 (Processos DNPM 803083/2000 e 803059/2003) no município de Fronteiras – PI.

### LICENÇA AMBIENTAL

**ITAPISSUMA S/A**, CNPJ 11.482.080/0001-85, torna público que recebeu da SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SEMAR/PI a prorrogação da Licença de Instalação (LI) referente à construção da Barragem da Catingueira no município de Fronteiras – PI.

### LICENÇA AMBIENTAL

**A MT4 PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A**, CNPJ 09.303.359/0002-93, torna público que recebeu da SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SEMAR/PI a prorrogação da Licença de Instalação (LI) referente à Pesquisa mineral das áreas com Processos DNPM 803.318/08 e 803.325/08 (Alvo Abelão), município de Curral Novo do Piauí – PI.

### LICENÇA AMBIENTAL

**A GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A**, CNPJ 08.720.614/0001-50, torna público que recebeu da SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SEMAR/PI a prorrogação da Licença de Instalação (LI) e alteração de titularidade da P14 para GME4 (incorporação), referente à Pesquisa mineral das áreas com Processos DNPM 803.017/07, 803.328/08, 803.331/08, 803.407/08, 803.409/08, 803.424/08, 803.737/08 e 803.740/08 (Alvo Tamanduá), municípios de Paulistana, Jacobina do Piauí e Betânia do Piauí – PI.

P.P. 16991



### DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ LISTA DE ANTIGUIDADE DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PIAUÍ ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2013

TABELA I: CATEGORIA ESPECIAL

	Defensor Público	Tempo Efetivo de Exercício na Categoria			Tempo Efetivo de Exercício na Carreira			Tempo de Serviço Público Estadual			Tempo de Serviço Público			Cômputo Geral – Tempo para aposentadoria			Data de Nascimento
		Ano	Mês	Dia	Ano	Mês	Dia	Ano	Mês	Dia	Ano	Mês	Dia	Ano	Mês	Dia	
1	Myrtes Maria de Freitas e Silva	08	08	03	41	02	02	03	04	06	06	08	05	52	09	12	29/01/47
2	Marleide Matos Torquato	08	08	03	38	11	09	06	09	09	-	-	-	45	09	29	15/05/44
3	Alzira Motta e Bona Soares	08	08	03	33	04	25	09	11	10	12	10	26	53	09	11	05/04/45
4	Elizabeth Maria Memória Aguiar	08	08	03	31	07	07	-	-	-	02	09	16	36	03	19	26/12/49
5	Francisco de Jesus Barbosa	08	08	03	27	01	05	13	02	18	-	-	-	44	03	03	16/06/53
6	Nelson Nery Costa	08	08	03	27	01	05	00	09	01	-	08	02	30	02	03	21/03/59
7	Norma Brandão de Lavenere Machado Dantas	08	08	03	27	01	05	-	08	03	-	08	22	30	05	25	09/07/62
8	Alfredo Cadena Neto	01	06	08	31	05	04	07	02	25	15	11	22	54	07	21	26/06/44

TABELA II: 4ª CATEGORIA

	Defensor Público	Tempo Efetivo de Exercício na Categoria			Tempo Efetivo de Exercício na Carreira			Tempo de Serviço Público Estadual			Tempo de Serviço Público			Cômputo Geral – Tempo para aposentadoria			Data de Nascimento
		Ano	Mês	Dia	Ano	Mês	Dia	Ano	Mês	Dia	Ano	Mês	Dia	Ano	Mês	Dia	
1	Osita Maria Machado Ribeiro Costa	27	01	05	27	01	05	14	11	00	-	-	-	48	11	00	26/04/52
2	Jose Weligton de Andrade	27	01	05	27	01	05	11	00	03	-	-	-	43	05	08	20/11/54
3	Dilene Brandão Lima	27	01	05	27	01	05	05	04	05	-	-	-	33	09	05	17/09/63
4	Reginaldo Correa Moreira	27	01	05	27	01	05	04	05	26	01	09	28	48	04	03	21/03/53
5	Rogério Newton de Carvalho Sousa	27	01	05	27	01	05	03	10	27	-	-	-	32	08	16	21/12/59
6	Paulo Henrique Couto Machado	27	01	05	27	01	05	03	08	05	-	-	-	36	07	19	23/07/56
7	Valtemberg de Brito Firmeza	27	01	05	27	01	05	01	10	23	05	11	23	36	01	21	23/05/50
8	José Tadeu de Macedo Silveira	27	01	05	27	01	05	-	-	-	08	03	03	41	11	24	28/03/55
9	José Carlos Soares de Oliveira	27	01	05	27	01	05	-	-	-	-	-	-	27	01	05	19/08/58
10	Antonio Wanderley Leal Brito	27	01	05	27	01	05	-	-	-	-	-	-	27	01	05	30/03/62

# Diário Oficial

Teresina(PI) - Quinta-feira, 24 de abril de 2014 • Nº 75

17

11	Marcos Antonio S. da Silva	27	01	05	27	01	05	-	-	-	-	-	-	30	08	28	19/06/63
12	Ulisses Brasil Lustosa	22	02	11	27	01	05	-	-	01	09	04	32	02	16	10/06/60	
13	Roberto Gonçalves de F Filho	21	06	07	27	01	05	-	-	00	11	05	35	10	17	26/11/61	
14	Ana Patrícia Paes Landim Salha	21	06	07	27	01	05	-	-	-	-	-	29	02	25	09/08/65	
15	Ezequiel Cassiano de Brito – EC	18	09	03	27	01	05	03	00	25	08	02	09	39	00	07	28/02/59
16	Ângela Martins Soares Barros	01	06	01	09	06	18	02	02	06	-	-	-	11	08	24	09/01/81
17	Verônica Acioly de Vasconcelos	01	06	01	09	06	18	-	-	-	04	01	13	13	07	01	28/01/74
18	Juliano de Oliveira Leonel	01	06	01	09	06	18	-	-	-	-	-	-	09	06	18	24/07/78
19	Sara Maria de Araújo Melo	01	06	01	09	06	17	-	-	-	08	06	-	18	00	17	19/07/67
20	Crisanto Pimentel Alves Pereira	01	06	01	09	06	17	-	-	-	02	04	00	11	10	17	15/12/74
21	Daniela Neves Bona	01	06	01	09	06	17	-	-	-	00	06	16	10	01	03	11/08/79
22	Luciana M. Ramos de Araújo	01	06	01	09	06	17	-	-	-	-	-	-	09	06	17	31/07/80
23	Alyne Patrício de Almeida	01	06	01	09	06	17	-	-	-	-	-	-	09	06	17	12/12/81
24	Glicia Rodrigues Batista	01	06	01	09	04	14	-	-	-	-	-	-	09	04	14	05/02/77
25	Karla Cibele T. de Mesquita Andrade	01	06	01	09	02	24	-	-	-	-	-	-	09	02	24	27/12/76
26	Gerimar de Brito Vieira	01	06	01	08	09	12	00	11	26	23	10	21	33	07	29	29/09/61
27	Marcelo Moita Pierot	01	06	01	08	09	12	-	-	-	-	-	-	08	09	12	21/09/77
28	Igo Castelo B de Sampaio	01	06	01	08	09	12	-	-	-	-	-	-	08	09	12	26/11/78
29	Lia Medeiros do Carmo Ivo	01	06	01	08	09	12	-	-	-	-	-	-	08	09	12	07/08/80
30	Conceição de Maria Silva Negreiros	01	06	01	08	07	12	-	-	-	07	06	17	21	05	29	24/04/70
31	João Castelo Branco de V. Neto	01	06	01	08	04	19	-	-	-	-	-	-	08	04	19	14/04/76
32	Débora Cunha Vieira Cardoso	01	06	01	08	04	19	-	-	-	-	-	-	08	04	19	27/02/78
33	Alessandro Andrade Spíndola	01	06	01	08	02	20	-	-	-	-	07	27	08	10	17	04/12/78
34	Viviane Pinheiro Pires Setubal	01	06	01	08	02	20	-	-	-	-	-	-	08	02	20	10/10/75
35	Eric Leonardo Pires Melo	01	06	01	08	00	25	-	-	-	03	03	07	11	04	02	20/06/77
36	Rosa Mendes Viana Formiga	01	06	01	08	00	25	-	-	-	-	10	26	08	11	01	03/09/75
37	Silvio César Queiroz Costa	01	06	01	08	00	25	-	-	-	-	-	-	08	00	25	27/11/76
38	Armano Carvalho Barbosa	01	06	01	07	10	07	-	-	-	-	-	-	07	10	07	27/03/81
39	Manoel Mesquita de Araújo Neto	01	06	01	07	09	03	-	-	-	-	-	-	07	09	03	12/03/80
40	Irani Albuquerque Brito	01	06	01	07	06	25	01	5	8	03	09	00	12	09	03	11/06/75
41	Sheila de Andrade Ferreira	01	06	01	07	06	16	-	-	-	-	-	-	07	06	16	19/09/79
42	Afonso Lima da Cruz Júnior	01	06	01	07	03	09	-	-	-	-	-	-	07	03	09	18/07/77
43	João Batista Viana do Lago Neto	00	07	27	07	04	07	-	-	-	-	-	-	07	04	07	17/04/79
44	Humberto Brito Rodrigues	00	07	27	07	01	22	00	-	-	04	11	07	12	00	29	11/02/74
45	Patrícia Ferreira Monte Feitosa	00	07	27	06	08	28	07	09	13	-	-	-	14	06	11	31/03/76
46	Marcos Martins de Oliveira	00	07	27	06	08	28	05	10	12	-	-	-	12	07	10	29/11/79
47	Sarah Vieira Miranda	00	07	27	06	08	28	02	09	16	02	03	16	11	10	00	08/10/76
48	Klesia Paiva Melo	00	07	27	06	08	28	01	01	17	02	10	06	10	08	21	12/03/77
49	Jarbas Machado	00	07	27	06	08	28	-	-	-	-	-	-	06	08	28	28/09/69

# Diário Oficial

18



Teresina(PI) - Quinta-feira, 24 de abril de 2014 • Nº 75

50	Fabício Márcio de Castro Araújo	00	07	27	06	05	02	-	-	-	-	-	-	06	05	02	30/06/76
51	Andréa Melo de Carvalho	00	07	27	06	00	02	-	-	-	13	11	08	19	11	10	05/01/72
52	Carla Sâmara Martins Fernandes	00	07	27	06	00	01	-	-	-	02	07	04	08	07	05	04/10/77
53	Giovanni Jervis Diógenes e Medeiros	00	07	27	06	00	00	-	-	-	-	-	-	06	00	00	25/07/77
54	Elisa Cruz Ramos Arcoverde	00	07	08	05	11	27	-	-	-	04	10	07	10	10	04	29/05/79
55	Julieta Sampaio Neves Aires	00	07	08	05	11	26	-	-	-	-	-	-	05	11	26	18/01/77
56	Paula Batista da Silva	00	07	01	05	11	24	02	00	19	-	-	-	06	02	13	20/11/78
57	Ludmilla Maria Reis Paes Landim	00	07	01	05	11	24	-	-	-	-	-	-	05	11	24	30/09/75
58	Haradja Miichelline de F. F. Freitag	00	07	01	05	11	10	-	-	-	03	00	15	09	00	09	19/09/79
59	Erisvaldo Marques dos Reis	00	07	01	05	08	10	04	02	29	-	-	-	09	11	09	11/06/75
60	Ivanovick F. Dias Pinheiro	00	07	01	05	08	10	-	-	-	08	11	02	14	07	12	12/03/74
61	Adriano Moreti Batista	00	07	01	05	07	24	09	01	12	-	-	-	14	09	06	29/11/73
62	Francisca Hildeth E. Nunes	00	07	01	05	07	24	06	09	00	-	-	-	12	04	24	23/10/72
63	Francisco Cardoso Jales	00	07	01	05	07	24	04	03	04	-	-	-	09	10	24	18/07/77
64	Edvalda Regina X. Almeida	00	07	01	05	07	24				22	11	26	28	07	20	02/12/61
65	Arlison Pereira Malaquias	00	06	02	05	07	24	01	09	29	-	-	-	07	05	23	23/04/76
66	Joacy Vandro M e Silva	00	06	02	05	07	24	01	09	04	02	11	04	10	04	02	09/12/69
67	Carla Yáscar Bento Feitosa	00	06	02	05	07	24	-	-	-	04	05	29	10	01	23	31/12/81
68	Andréa de Jesus Carvalho	00	06	02	05	07	24	-	-	-	03	00	29	08	08	23	01/02/79
69	Wendel Damasceno Sousa	00	06	02	05	07	24				02	09	12	08	05	06	19/02/77
70	Daniel Gaze Fabris	00	06	02	05	07	24	-	-	-	02	02	23	08	10	23	01/03/73
71	Ana Keyla da Silva Paillard	00	06	02	05	07	24	-	-	-	-	05	10	05	07	24	21/07/77
72	Gervásio Pimentel Fernandes	00	06	02	05	07	24	-	-	-	-	-	-	09	09	06	19/12/67
73	Markos Magnoni Varão Ribeiro	00	06	02	05	07	24	-	-	-	-	-	-	05	07	24	25/07/72
74	Valéria do N. Diniz Costa	00	06	02	05	07	24	-	-	-	-	-	-	05	07	24	01/02/75
75	Darcio Rufino de Holanda	00	06	02	05	07	24				-	-	-	05	07	24	16/06/76
76	Ellen Carla Gomes Brandão	00	06	02	05	07	24	-	-	-	-	-	-	05	07	24	26/06/79

TABELA III: 3ª CATEGORIA

	Defensor Público	Tempo Efetivo de Exercício na Categoria			Tempo Efetivo de Exercício na Carreira			Tempo de Serviço Público Estadual			Tempo de Serviço Público			Cômputo Geral - Tempo para aposentadoria			Data de Nascimento
		Ano	Mês	Dia	Ano	Mês	Dia	Ano	Mês	Dia	Ano	Mês	Dia	Ano	Mês	Dia	
1	Eliomar Gomes Monteiro	00	05	12	04	08	17	12	09	29	-	-	-	17	06	16	10/10/72
2	Ginuzza Alexandrino Dulcetti	00	05	12	04	08	17	-	-	-	-	-	-	04	08	17	28/12/76



TABELA IV: 1ª CATEGORIA

	Defensor Público	Tempo Efetivo de Exercício na Categoria			Tempo Efetivo de Exercício na Carreira			Ordem de classificação no concurso	Tempo de Serviço Público Estadual			Tempo de Serviço Público			Cômputo Geral - Tempo para aposentadoria			Data de Nascimento
		Ano	Mês	Dia	Ano	Mês	Dia		Ano	Mês	Dia	Ano	Mês	Dia	Ano	Mês	Dia	
01	Ana Carolina de Freitas Tapety	00	11	26	00	11	26	5º Lugar	-	-	-	-	-	-	-	11	26	04.06.81
02	Jefferson Calume de Oliveira	00	11	26	00	11	26	1º Deficiente	16	11	09	-	-	-	25	05	01	25.08.66
03	Dayana Sampaio Mendes	00	11	26	00	11	26	7º Lugar	02	08	19	-	-	-	03	09	23	28.06.86
04	Gisela Mendes Lopes	00	11	26	00	11	26	8º Lugar	-	02	29	-	08	13	01	11	08	25.01.85
05	Júlio César Dualillibe Salem Filho	00	11	26	00	11	26	16º Lugar	-	-	-	03	10	16	04	10	12	10.11.84
06	Leonardo Fonseca Barbosa	00	11	26	00	11	26	17º Lugar	-	-	-	02	03	27	03	03	23	10.05.85
07	Robert Rios Magalhães Júnior	00	11	26	00	11	26	3º Deficiente		03	16	02	05	13	03	08	25	20.02.84
08	Priscila Gimenes do Nascimento	00	11	01	00	11	01	2º Deficiente								11	01	12.09.84
09	Gilmara Guimarães B Pessoa	00	10	18	00	10	18	21º Lugar	08	08	16				09	07	04	21.05.80
10	Gerson Henrique Silva Sousa	00	10	18	00	10	18	23º Lugar	06	00	08	05	06	25	12	05	21	05.06.81
11	Wénia da Silva Moura	00	10	18	00	10	18	24º Lugar				08	10	08	09	08	26	18.07.82

Tempo de Serviço Particular, computado para fins de aposentadoria:

Defensora Verônica Acioly - 10 meses e 07 dias - Empresa Construções Novais Pesca e Exportação e 09 meses e 26 dias na Fundação Edson Queiroz;

Defensora Conceição Negreiros - 05 anos e 04 meses de contribuição como autônomo na função de dentista;

Defensora Andréa Melo - 03 anos e 09 meses - Banorte Seguradora S/A;

Defensor Gerimar de Brito Vieira - Tempo de serviço na Empresa Timbira Ltda: 02 anos, 08 meses e 15 dias e na empresa J Fernandes Representação: 02 meses e 08 dias;

Defensor Gervásio Pimentel: tempo de serviço particular 04 anos, 1 mês e 22 dias;

Defensor Jefferson Calume: tempo de serviço como professor na rede particular: 7 anos, 5 meses e 26 dias

# Diário Oficial

20



Teresina(PI) - Quinta-feira, 24 de abril de 2014 • Nº 75



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



## NOTIFICAÇÃO

O diretor – Geral do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Piauí – **DETRAN/PI, NOTIFICAÇÃO** todos interessados, em particular os proprietários (fiduciários e alienantes), dos veículos automotores (automóveis, motocicletas e outros) abaixo discriminados, a comparecerem no DETRAN/PI, localizado na av. Gil Martins, 2000, Bairro Redenção (próximo ao Estádio Albertão), Teresina-PI, no horário de **7:30** às **13:00** horas, no prazo de até e 30 dias, a contar da data desta notificação, para tratarem da retirada de seus veículos Apreendidos no Depósito do DETRAN/PI, sob pena de tê-los leiloados conforme preconiza a legislação vigente ( CTB, art. 328, Resolução do CONTRAN Nº 331/2009 e Lei Federal nº 6.575/78). Antes, porém, deverão quitar os débitos existentes, sejam eles de IPVA, Multas, Taxas de Licenciamento, despesas de remoção e depósito e de Seguro Obrigatório.

### PLACAS – VEÍCULOS – PROPRIETÁRIOS

PLACA	RENAVAM	UF	MARCA	CHASSI	NOME
LVU7897	863168809	PI	HONDA/CG 125 FAN	9C2JC30705R032623	FERNANDO LIMA DE ARAUJO
JTU0359	660386178	PI	HONDA/CG 125 TITAN	9C2JC250VTR012554	MARIA DO SOCORRO LIRA SILVA
NHW9570	940268051	PI	HONDA/POP100	9C2HB02107R060016	REGINA CELIA DA SILVA CARVALHO
HVR4296	701514116	CE	HONDA/C100 BIZ	9C2HA070WWR014991	JOSE DA SILVA NETO
NHW3149	938734989	SP	SUNDOWN/MAX 125 SE	94J2XDCF77M018703	BANCO PANAMERICANO AS
NHU4809	935163743	PI	HONDA/POP100	9C2HB02107R059799	FERNANDO PIRES DA SILVA
NHY8884	170942988	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	9C6KE122090027600	FRANCISCO DAS CHAGAS R CRUZ
NIF7820	588730882	PI	HONDA/CG 150 TITAN ESD	9C2KC1650ER011640	JOAO PEDRO DE OLIVEIRA
NIR1620	115648852	PI	HONDA/CG 125 FAN	9C2JC30708R722500	MARIANO JOSE DOS SANTOS VERAS
NIF6400	947975322	PI	HONDA/POP100	9C2HB02108R011426	KLEBER LUIZ DOS SANTOS NASCIMENTO
LWA9300	748657088	PI	YAMAHA/YBR 125E	9C6KE0100Y0016351	AIRTON DE SOUSA MELO
NIV1500	118030949	PI	HONDA/POP100	9C2HB02109R014699	JOSE INOCENCIO RODRIGUES FILHO
NHU4410	936887958	PI	HONDA/POP100	9C2HB02107R077435	MARIA DA CONCEICAO SOUZA FREITAS
HUD3670	160997445	CE	HONDA/CG 125	CG125BR1134377	JOSE AVELINO DE SOUZA
NIJ6516	214847870	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	9C6KE1220A0129950	LEANDRO DA COSTA MOTA
NIC2717	977702146	PI	DAFRA/SPEED 150	95VCA1E288M012890	FRANCISCO MAURICIO DE O SANTOS
LWA8817	785237160	PI	YAMAHA/YBR 125K	9C6KE013020025755	ANUNCIACAO DE MARIA O CARVALHO
LWI0012	698400623	PI	HONDA/CG 125 TITAN	9C2JC250WWR101431	RUBENITO CARNEIRO DE SOUSA
LVZ7647	807988871	PI	YAMAHA/YBR 125K	9C6KE044030024842	JAQUELINE FERRAZ LIMA
LWA5273	734483384	PI	YAMAHA/5DW CRYPTON	9C6KE0020Y0023153	BERNARDO BORGES DOS SANTOS
NIQ3917	268669015	PI	HONDA/CG 125 FAN KS	9C2JC4110BR400225	ANTONIO FLAVIO DA COSTA LIMA
LWA2884	717764842	PI	HYOSUNG/GF 125 SPEED	93FGF125WX1200144	PEDRO GALENO DA ROCHA
NHV6263	960274910	PI	YAMAHA/YBR 125E	9C6KE091080057465	MARIA AUXILIADORA DO N SOUZA
LVW6503	961142367	PI	JTA/SUZUKI EN125 YES	9CDNF41LJ8M154152	MARIA DE FATIMA AZEVEDO DA SILVA
NID3877	979237912	PI	DAFRA/SUPER 100	95VAC1G588M010344	MARIA DA CONCEICAO A CARVALHO
LWA5838	764777840	PI	HONDA/C100 BIZ ES	9C2HA07101R239507	NIZETE SOARES DE ARAUJO
NWW8458	304847666	MA	HONDA/POP100	9C2HB0210BR415217	FRANK CRUZ JINKINGS
LWO0507	653865821	PI	HONDA/C100 DREAM	9C2HA0501SR02951	YEDA FONTENELE DE FREITAS
NHW3562	956007279	PI	JTA/SUZUKI INTRUDER 125	9CDNF41AJ8M044706	TATIANA DE BRITO E MAGALHAES MARQUES
LWI2537	831977426	PI	HONDA/CG 150 TITAN KS	9C2KC08104R082405	ALCIDES ALVES
NHV3997	927404206	PI	HONDA/POP100	9C2HB02107R050332	ISABEL CRISTINA DA CUNHA AMARAL
LWA6615	759854360	PI	HONDA/CG 125 TITAN KS	9C2JC30101R144669	ERIKA DE MEDEIROS FONTENELE
LWD4745	922027285	PI	HONDA/BIZ 125 ES	9C2JA04207R058931	MARIA DA GRACA ROSA FERREIRA
LWA5629	758307187	PI	HONDA/C100 BIZ	9C2HA0700YR040892	JOSE EUDES DE SOUSA
LWA9779	811515060	PI	HONDA/NXR125 BROS ES	9C2JD20203R010991	BERNARDO ALVES MACHADO
NIS6509	273134965	PI	HONDA/POP100	9C2HB0210BR002812	MARIO LUCIO BARBOSA SANTOS
HYF6724	928272338	CE	HONDA/CG 125 FAN	9C2JC30707R223161	VANIA BATISTA DA SILVA
LVT2724	781275423	PI	HONDA/XR 200R	9C2MD28002R107553	DAIMANNY DE ARRUDA BITTENCOURT

# Diário Oficial

Teresina(PI) - Quinta-feira, 24 de abril de 2014 • Nº 75

21

NIK6651	282616527	PI	I/YINXIANG IROS MOVING	LB4MV20519C100535	MOACIR DOS SANTOS DURCULINO
NHV3051	951696190	PI	HONDA/POP100	9C2HB02108R018049	EVANDRO ALVES MACHADO
HWV6461	751785822	PI	HONDA/CG 125 TITAN KS	9C2JC30101R075640	JOSE RIBEIRO DA SILVA
NHX4041	953453090	PI	HONDA/BIZ 125 KS	9C2JA04108R028537	MANUEL DE CERQUEIRA BRITO
NID4258	984453695	PI	DAFRA/SUPER 100	95VAC1G588M010466	FRANCINEIDE PINTO FERREIRA
HUB4108	160626030	CE	HONDA/XL 125 DUTY	9C2JD0801HR30318	JOSE EVANDRO ALVES DE SOUSA
NIG0948	163129959	PI	I/LONCIN LX125 26	LLCLX1T0771070778	IVAN SOUZA DE ARAUJO
LWJ2837	863768660	PI	HONDA/CG 150 TITAN KS	9C2KC08105R877994	JOSE JAMES DE OLIVEIRA HENRIQUE
ODX5710	374713685	PI	HONDA/CG 125 FAN KS	9C2JC4110CR408935	IVAN MACHADO OLIVEIRA
LWA8096	784074500	PI	HONDA/CBX 250 TWISTER	9C2MC35002R031261	RAIMUNDA NONATA CACAU DE FARIAS
LVU7510	773505873	PI	HONDA/C100 BIZ ES	9C2HA07101R253531	JOAO AIRES FILHO
NIG3997	271545844	PI	HONDA/POP100	9C2HB0210BR403197	AILTON RODRIGUES DA COSTA
LWA3558	740636421	PI	HONDA/NX-4 FALCON	9C2ND0700YR010788	MASSUELLO XIMENES LIRA
NQW3357	154703265	CE	HONDA/CB600F HORNET	9C2PC42009R001627	GLAILSON CRISOSTOMO FERNANDES
LWF9777	838900542	PI	YAMAHA/XTZ 125E	9C6KE037030010135	LUCIANO SANTANA MONTEIRO
NIL3778	177645458	PI	HONDA/NXR150 BROS ES	9C2KD04209R503776	FRANCISCO DAS CHAGAS S BITTENCOURT
NIL7762	292145861	PI	I/YINXIANG IROS ACTION	LB4AC1031BC100223	LUCIA MARIA DA CRUZ SILVA
LVR9435	890480281	PI	JTA/SUZUKI INTRUDER 125	9CDNF41AJ7M024465	FERNANDO SOARES DE OLIVEIRA JUNIOR
LWI9499	838735770	PI	YAMAHA/YBR 125E	9C6KE043040040328	MANOEL MESSIAS LIMA
LWM8034	919381723	PI	YAMAHA/NEO AT115	9C6KE089070007478	FRANCISCA ANTONIA DE OLIVEIRA ROCHA
LWO1104	156091640	PI	IMP/FORD FIESTA	VSGASXWPF5WC74999	ANA LUCIA DA SILVA
LWO7327	156033011	PI	GM/CHEVETTE	5D11AJC143186	ANTONIO CARLOS SOUZA DE ARAUJO
LWL7096	831284277	PI	RENAULT/CLIO PRI 16 16VS	93YLB01254J507985	LUIZ GONZAGA RAPOSO MAZULO
HXS1566	975506625	CE	FORD/FIESTA FLEX	9BFZF10AX88283112	BANCO BMC AS
HOO5953	653424701	MA	FIAT/UNO MILLE EP	9BD146097T5749319	HILDEMAR ALVES BEZERRA
LWO7183	156077701	PI	VW/GOL 1000	9BWZZ30ZPT001397	JOSE CLAUDINO SALES NETO
KXO2074	975735756	RJ	I/VW JETTA	3VWJE61K58M150247	Q ODOR IND QUIM DO NORDESTE LTDA
LWO3606	157916294	PI	GM/MONZA SL/E	9BGJK11TLLB050322	DOUGLAS MATOS CHAGAS
HOQ3200	609542893	PI	GM/KADETT IPANEMA SL	9BGKT15ZMMC345658	MARCUS VALERIO DE SOUSA CARVALHO
HOL1110	602153263	MA	VW/APOLLO GL	9BWZZ54ZMB228339	ROBERTO JOSE M NOGUEIRA
LWO0317	686262514	PI	FORD/F4000	9BFKNT32SDB66673	DOMINGOS DA COSTA CARDOSO NETO
HOR5095	613418182	MA	FORD/ESCORT HOBBY	9BFZZ54ZPB385079	HENRIQUE ARAUJO PEREIRA
JF15132	734001827	DF	VW/GOL MI 16V	9BWZZ373YT153416	BANCO ITAULEASING AS
HVV0730	161655980	PI	FORD/ESCORT L	9BFXXLBKBP00301	ANTONIO CARVALHO NETO
LVZ3243	779691768	PI	VW/GOL SPECIAL	9BWCA05Y62T131322	DIOCESE DE PARNAÍBA
LWN4584	155592661	PI	GM/CHEVETTE MARAJÓ	9BG5TC15UEC144141	CARLOS ALBERTO DE ANDRADE
CKJ2301	672809818	SP	FIAT/PALIO ED	9BD178016V0216804	ROSELI DA SILVA FIGUEIREDO
LVN0605	887670814	PI	RENAULT/CLIO AUT 1.0 H	93YBB0Y056J716741	FILOMENA BONFIM DE OLIVEIRA LOPES
LVG8717	657264903	PI	FIAT/TEMPRA 16V	9BD159542T9159177	ROGERIO DE SOUSA PINHEIRO
LVU5800	773002812	PI	IVECOFIAT/DAILY4912 NAP	93ZC4980128305024	HENRIQUE DO NASCIMENTO BITTENCOURT
LVF7076	189568704	PI	FORD/DEL REY GHIA	9BFZZ55ZLB043566	FABIO DE OLIVEIRA IGREJA
HVJ9867	683493906	CE	FORD/FIESTA CLX	9BFZZFHAVB154272	RITA DE CASSIA DOS SANTOS SILVA
JHD5824	917967844	MG	FIAT/STRADA FIRE FLEX	9BD27803A72996667	ROBSON OLIVEIRA MOTA
LWN8034	851229328	PI	FIAT/UNO MILLE FIRE	9BD15822564681209	JOAO EVANGELISTA DA ROCHA
NID7568	119838249	PI	YAMAHA/YBR 125K	9C6KE092080235280	ANTONIO WILSON DA SILVA CARNEIRO
NIB9970	945087055	PI	HONDA/CG 150 TITAN KS	9C2KC08108R088752	EDMILSON GOMES DE BRITO
LWO2831	654678529	PI	HONDA/CG 125 TITAN	9C2JC2501SRT19132	ANTONIO AFONSO COSTA
LVR9435	890480281	PI	SUZUKI INTRUDER 125	9CDNF41AJ7M024465	FERNANDO SOARES DE OLIVEIRA JUNIOR
OEC6757	343341476	PI	YAMAHA/T115 CRYPTON K	9C6KE1560C0001398	ANTONIO JOSE PEREIRA DE CARVALHO
NIL7408	177917830	PI	SUZUKI EN125 YES	9CDNF41LJ9M300140	FRANCISCO DIONES DE ALMEIDA VALE
LVV9750	793703867	PI	YAMAHA/YBR 125E	9C6KE010020058354	VICENTE DE PAULA SANTOS
LVU3267	862744431	PI	HONDA/XR 250 TORNADO	9C2MD34005R005702	VAGNER DE JESUS COSTA



NIT9014	323450911	PI	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	9C6KE1520B0036356	TERCIO DA SILVA PEREIRA
LVU3560	116160080	PI	HONDA/POP100	9C2HB02109R013464	ALAN SILVA DA ROCHA
LWA9815	783018541	PI	HONDA/CG 125 TITAN KS	9C2JC30102R212444	ELIOTERIO FERREIRA BARROS
NIF7846	149606141	PI	HONDA/CG 125 FAN KS	9C2JC41109R505590	DEUSLENE DE JESUS FRANCO ARAUJO
LVN8705	887594956	PI	SUZUKI EN125 YES	9CDNF41LJ7M035862	DENIZE DE ABREU QUEIROS SILVA
NIC2235	143961640	PI	HONDA/POP100	9C2HB02109R025811	BERNARDO PEREIRA DA SILVA
LWA0223	711085170	PI	HONDA/C100 BIZ	9C2HA070XWR017292	ANTONIO SOUSA DE BRITO
LWA4747	740798693	PI	HONDA/CG 125 TITAN KS	9C2JC3010YR121500	PEDRO LIMA BENICI
LWQ0105	623310309	PI	HONDA/CBX 200 STRADA	9C2MC2701RRR00093	RAIMUNDO RODRIGUES DOS SANTOS NETO
NIK8901	327604697	PI	HONDA/POP100	9C2HB0210BR009107	DAGNO SILVEIRA DA SILVA SOUSA
NHU5165	921154275	PI	HONDA/POP100	9C2HB02107R033364	FRANCISCA MARIA DA CUNHA
NIA1804	135993873	PI	DAFRA/SUPER 100	95VAC1G588M010579	OSMAR NOBRE DA SILVA FILHO
NHY5539	984343121	PI	HONDA/POP100	9C2HB02109R004194	OSMAR NOBRE DA SILVA FILHO
NIV5050	118095625	PI	HONDA/NXR150 BROS ES	9C2KD03308R083778	ANA CELIA FERNANDES CARNEIRO
NRC8617	174668848	CE	FIAT/SIENA EL FLEX	9BD17202LA3533026	THEMIS MARIA E VASCONCELOS MAGALH
LWA0067	156042592	PI	GM/CHEVETTE	5D11AHC123842	FRANCISCO PORTELA DOS SANTOS
LWA8137	784650861	PI	YAMAHA/YBR 125K	9C6KE013020023633	WALTER OLIVEIRA PEREIRA
HDU3298	893799971	MG	HONDA/CG 150 TITAN KS	9C2KC08106R966474	NERISVALDO OLIVEIRA DOS SANTOS

Of. 135



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA  
1ª CONVOCAÇÃO**

O liquidante/interventor da Rede Integrada de Hotéis e Pousadas do Piauí S/A – RIMO, “em liquidação” CNPJ: 06.839.302/0001-34, Gilberto Antônio Neves Pereira da Silva, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 15.575 de 19.03.2014, convoca os senhores acionistas para **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** a fim de deliberar sobre: 1) Nomeação e posse do Liquidante; 2) Eleição e posse do Conselho Fiscal para funcionar durante o período de liquidação da referida empresa; 3) Outros assuntos que estejam relacionados à competência do liquidante/interventor. Esta Assembleia será realizada às 10h30min (dez e trinta) horas de Terça-Feira, dia 13 do mês de maio do ano de 2014, tendo por local a Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí – EMGERPI, Praça Marechal Deodoro nº 774 - Centro – Teresina (PI).

Teresina (PI), 23 de Abril de 2014.

**Gilberto Antônio Neves Pereira da Silva**  
**Liquidante Decreto nº 15.575 de 19/03/2014**

Of. 028

**REQUERIMENTO DE LICENÇA**

**M.C LEMOS E CIA LTDA. (POSTO MC LEMOS)** inscrito sob o CNPJ 07.696.891/0001-01 torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Licença Ambiental de Instalação para Adequação (LIA) e a Licença de Operação (LO), para a atividade de comércio varejista de combustíveis para veículos automotores na cidade de Picos/PI.

P.P. 16995



**COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE  
PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PIS/A**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba – PI S/A – ZPE Parnaíba é uma sociedade de economia mista cujo objetivo é a implantação e a administração da Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba no Estado do Piauí. A constituição da ZPE Parnaíba está prevista na Lei Estadual nº 6.021, autorizada em 14 de dezembro de 2010.

Em 2013, destacam-se dentre as diretrizes e metas da Companhia: a inauguração da sede da ZPE Parnaíba, a organização da I Feira de Negócios realizada pela mesma, a promoção da ZPE Parnaíba para investidores e a capacitação de diretores e assessores da companhia. Todas essas realizações sempre apoiadas pelo Governo do Estado do Piauí.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

**COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA S/A**  
CNPJ Nº 13.031.118/0001-29

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

(Em reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>CIRCULANTE</u>				<u>CIRCULANTE</u>			
Caixas e equivalentes de caixa	5	307.307	296.698	Fornecedores	9	7.406	-
Créditos de funcionários	6	7.999	11.887	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		19.211	14.672
Impostos a recuperar	6	3.788	1.208	Obrigações Fiscais		5.250	5.264
<b>Total circulante</b>		<b>319.094</b>	<b>309.793</b>	Outras Obrigações		2.684	240
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				<b>Total Circulante</b>		<b>34.551</b>	<b>20.176</b>
Imobilizado	7	137.646	21.733	<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Intangível	8	7.360	-	Adiantamento de Sócios		527.710	527.710
Total não circulante		<b>145.006</b>	<b>21.733</b>	<b>Total não Circulante</b>		<b>527.710</b>	<b>527.710</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>464.100</b>	<b>186.216</b>	<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	10		
				Capital Social		1.578.658	778.033
				Prejuízo acumulado		(1.676.819)	(994.393)
				<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>(98.161)</b>	<b>(304.428)</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>464.100</b>	<b>186.216</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA S/A**  
CNPJ Nº 13.031.118/0001-29

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

(Em reais - R\$)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
RECEITA LÍQUIDA	-	-
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	-	-
DESPESAS		
Gerais e administrativas	(692.367)	(600.014)
Despesas Tributárias	(3.441)	(1.278)
IRPJ e CSLL	-	(3.598)
<b>PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(695.808)</b>	<b>(604.890)</b>
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	13.547	15.353
Despesas financeiras	(164)	(428)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>13.383</b>	<b>14.925</b>
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(682.425)</b>	<b>(589.965)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA S/A**

CNPJ Nº 13.031.118/0001-29

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

(Em reais - R\$)

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total do Patrimônio Líquido</u>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>		<b>100.000</b>	<b>(404.429)</b>	<b>(304.429)</b>
Integralização de capital social		678.033	-	678.033
Prejuízo do exercício		-	(589.965)	(589.965)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>		<b>778.033</b>	<b>(994.394)</b>	<b>(216.361)</b>
Integralização de capital social	10	800.625	-	800.625
Prejuízo do exercício		-	(682.425)	(682.425)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>		<b>1.578.658</b>	<b>(1.676.819)</b>	<b>(98.161)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA S/A  
CNPJ Nº 13.031.118/0001-29**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
(Em reais - R\$)

**MÉTODO INDIRETO**

<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(682.425)</b>	<b>(589.965)</b>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Créditos de Funcionários	3.888	(11.887)
Impostos a recuperar	(2.580)	440
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	7.406	(3.580)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	4.539	2.945
Obrigações Fiscais	(14)	(1.398)
Outras Obrigações	2.444	240
<b>Caixa aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(666.742)</b>	<b>(603.205)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(123.273)	(460)
<b>Caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(123.273)</b>	<b>(460)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Integralização de capital	800.625	678.033
Adiantamento de Sócios	-	59.035
<b>Caixa gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>800.625</b>	<b>737.068</b>
<b>AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>10.609</b>	<b>133.403</b>
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	296.698	163.295
No fim do exercício	307.307	296.698
<b>AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>10.609</b>	<b>133.403</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**3.1 Instrumentos Financeiros**

**3.1.1 Ativos Financeiros**

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

A Companhia não possui instrumentos financeiros para as categorias classificadas nos itens (a), (b) e (c) mencionados acima.

**Categoria (d) – Empréstimos e recebíveis**

Estão nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis não cotados em um mercado ativo. A

receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

No caso da Companhia compreende:

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras considerados de liquidez imediata ou conversíveis e, um montante conhecido de caixa.

**3.1.2 Deterioração de ativos financeiros**

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos. São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

**3.1.3 Passivos Financeiros**

Os passivos financeiros na Companhia são representados por fornecedores. Está demonstrado pelos valores de contratação. Quando aplicável, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

**3.2 Imobilizado**

É demonstrado ao custo de aquisição. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada em cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Reparos e manutenção, por não representarem um aumento de valor de uso do ativo, são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

**3.3 Avaliação do valor recuperável dos ativos**

Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido da venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício. Com base nessas análises, não foram identificadas evidências que justificassem ajustes para perda por redução do valor recuperável.

**3.4 Direitos e obrigações**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias auferidos/incorridos, que são apropriados em despesas e receitas financeiras. Os direitos e obrigações ficam classificados em circulante e não circulante.

(a) Circulante

São os direitos e as obrigações cujos prazos estabelecidos ou esperados, situem-se no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

(b) Não Circulante

São os direitos e as obrigações cujos prazos estabelecidos ou esperados, situem-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

# Diário Oficial

Teresina(PI) - Quinta-feira, 24 de abril de 2014 • Nº 75

25

## 3.5 Uso de estimativas contábeis

É necessário que a Administração faça, na elaboração das demonstrações financeiras, o uso de estimativas e que adote premissas para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, por exemplo, para a constituição de provisões necessárias para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, vida útil do ativo imobilizado e perdas relacionadas a contas a receber e recuperação do valor de ativos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

## 3.6 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime competência.

## 3. ADOÇÃO INICIAL DOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS DO CPC

Na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis a Companhia segue as premissas definidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A adoção dessas novas práticas não impactou significativamente as demonstrações financeiras da Companhia.

## 4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Aplicações Financeiras	307.307	296.698
<b>Total</b>	<b>307.307</b>	<b>296.698</b>

As aplicações são classificadas pela Administração da Companhia na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 5. CRÉDITOS COM TERCEIROS

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	3.788	1.208
Adiantamento de férias	7.999	11.887
<b>Total</b>	<b>11.787</b>	<b>13.095</b>

## 6. IMOBILIZADO

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Móveis e Utensílios	76.699	8.768
Equipamentos, Máquinas e Instalações Industriais	46.278	-
Computadores e Periféricos	14.669	12.965
<b>Total</b>	<b>137.646</b>	<b>21.733</b>

## 7. INTANGIVEL

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Software ou Programas de Computador	7.360	-
<b>Total</b>	<b>7.360</b>	<b>-</b>

## 8. FORNECEDORES

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Embarque Viagens e Turismo	5.306	-
Transdelta Locadora Ltda	2.000	-
Outras	100	-
<b>Total</b>	<b>9.410</b>	<b>-</b>

## 9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 2.000.000, está representado por 2.000.000 de ações, todas ordinárias e nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma. No ano de 2013 houve integralização de capital por parte dos sócios no valor de R\$ 800.625.

### Posição em 2013

	<u>Quantidade de</u> <u>Ações</u>	<u>Participação</u>	<u>Capital</u> <u>Integralizado</u>	<u>Capital a</u> <u>Integralizar</u>
Estado do Piauí	1.800.000	95,52%	1.478.658	321.342
Federação das Indústrias do Estado do Piauí	200.000	4,48%	100.000	100.000
<b>Total</b>	<b>2.000.000</b>	<b>100%</b>	<b>1.578.658</b>	<b>421.342</b>

### Posição em 2012

	<u>Quantidade de</u> <u>Ações</u>	<u>Participação</u>	<u>Capital</u> <u>Integralizado</u>	<u>Capital a</u> <u>Integralizar</u>
Estado do Piauí	1.800.000	95,52%	743.206	1.056.794
Federação das Indústrias do Estado do Piauí	200.000	4,48%	34.827	165.173
<b>Total</b>	<b>2.000.000</b>	<b>100%</b>	<b>778.033</b>	<b>1.221.967</b>

## 11. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria da ZPE Parnaíba autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 24 de março de 2014.

Mirocles Campos Veras Neto  
Diretor-Presidente

Deyvid Ruan da Silva Setúbal  
Contador CRC-PI 10438/O-6



## COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A – ZPE PARNAÍBA

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Administradora da Zona de processamento de Exportação de Parnaíba-PI S/A, em conformidade com as atribuições dispostas no art. 26 do Estatuto Social e no art. 163 da Lei nº 6.404/76, examinou as Demonstrações Financeiras elaboradas pela Companhia, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os membros do Conselho, abaixo assinados concluíram que as referidas Demonstrações Financeiras expressam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia. Em consonância com o disposto no art. 163 da Lei nº 6.404/76, opinaram favoravelmente quanto à aprovação dos referidos documentos na Assembléia Geral Ordinária de acionistas da Companhia Administradora da Zona de processamento de Exportação de Parnaíba-PI S/A.

Teresina (PI), 07 de abril de 2014

Abdoral Furtado de Melo

Carlos José Santos Neves

Carlos Alberto Teles Sousa



### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos senhores  
**ACIONISTAS E CONSELHEIROS DA COMPANHIA  
ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE  
EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A.**

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A**, que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessa demonstração contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essa demonstração contábil com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 17 de abril de 2013, não contendo modificação.

Teresina, 31 de março de 2014.

**SAECULARISAUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
CRC PI 124/O

  
**Contador JORGE IVANTELES DE SOUSA**  
CRC PI 12.430/0 "T" BA

**Of. 039**



TV RDIO CLUBE DE TERESINA S/A  
C.N.P.J. Nº. 06.847.495/0001-75  
NIRE: 2230000016-1, EM 03/08/1962  
Demonstrações Contábeis – 2013 e 2012



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

A Administração da TV Rádio Clube de Teresina S/A, submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

A TV Rádio Clube é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, atuando no seguimento de comunicação social, detentora da concessão de uma emissora de radiodifusão sonora de sons e imagens (Televisão Aberta) e uma rádio em onda média (AM).

As informações operacionais e financeiras da Companhia são consolidadas, apresentadas em reais, conforme Legislação Societária. Todas as comparações foram feitas em relação ao exercício de 2012, exceto quando especificado em contrário.

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

No decorrer de todo ano de 2013, mantivemos nosso firme propósito de dar sequência a reestruturação administrativa financeira e adoção de um novo modelo de gestão para a Companhia, objetivando recuperar e garantir a confiabilidade da empresa para os seus acionistas. Criando um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos quanto de monitoramento, a fim de assegurar que o comportamento dos executivos esteja sempre alinhado com o interesse dos acionistas.

As boas práticas de governança corporativa têm a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade. Em 2013 a TV CLUBE intensificou e manteve seus esforços objetivando continuar a ter competitividade no mercado interno, adaptada a este ambiente, a empresa colhe os frutos do trabalho contínuo e perseverante de seu fundador, tendo isso refletido positivamente nos resultados alcançados no exercício.

Os resultados de 2013, embora ainda não sejam os ideais, demonstram a assertividade da reformulação estratégica iniciada no exercício anterior e comprovam o compromisso de buscar e apresentar melhores resultados operacionais e financeiros a cada ano.

### DESEMPENHO ECONÔMICO/FINANCEIRO

As dificuldades apresentadas em 2013 são reflexos da insegurança do Governo na condução da política fiscal, que resultou, mais uma vez, em um baixo crescimento do PIB (apenas 2,3% quando as estimativas no início do ano eram de algo em torno de 4%), a receita líquida da **TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S/A** apresentou forte expansão, aumentando de R\$ 34.367 mil, em 2012, para R\$ 39.630 mil, em 2013 (crescimento nominal de 15,3% ou real de 8,9% descontada a inflação de 5,91% medida pelo IPCA-IBGE).





## TV RDIO CLUBE DE TERESINA S/A

C.N.P.J. Nº 06.847.495/0001-75  
NIRE: 2230000016-1, EM 03/08/1962.

Demonstrações Contábeis – 2013 e 2012 .



2



## TV RDIO CLUBE DE TERESINA S/A

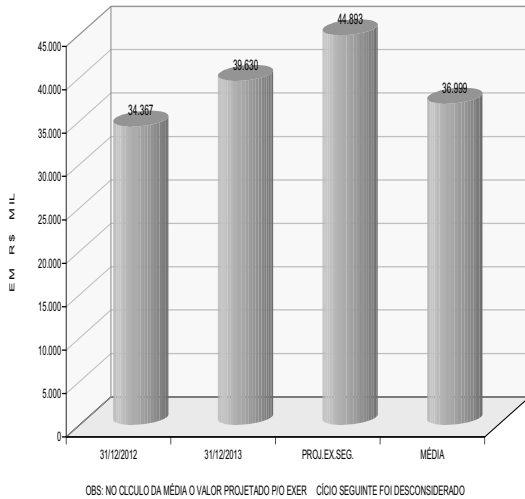
C.N.P.J. Nº 06.847.495/0001-75  
NIRE: 2230000016-1, EM 03/08/1962.

Demonstrações Contábeis – 2013 e 2012 .



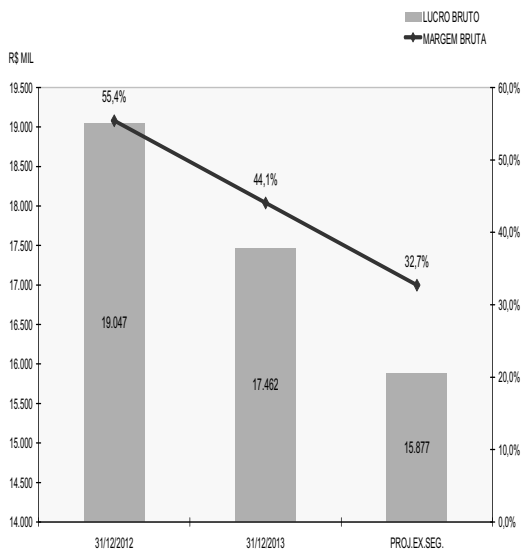
3

### FATURAMENTO LÍQUIDO



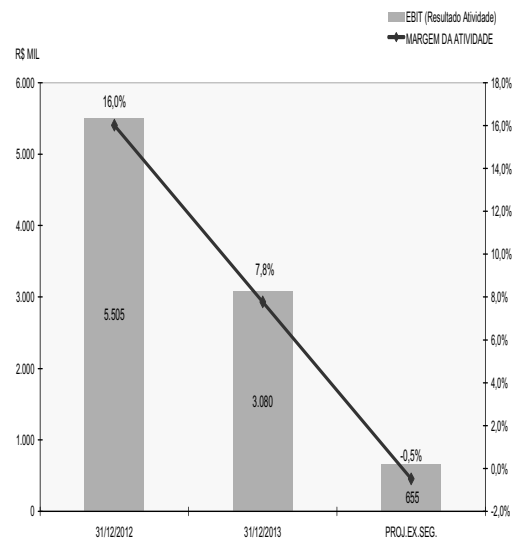
Tal expansão, entretanto, foi completamente neutralizada com a evolução dos custos operacionais (aumentados de R\$ 15.320 mil ou 44,6% da receita líquida em 2012 para R\$ 22.168 mil ou 55,9% da receita líquida em 2013 - crescimento de 44,7%), que além de absorverem a margem bruta (reduzida de 55,4% da receita líquida em 2012 para 44,1% em 2013), refletiu também no resultado da atividade (EBIT), haja vista que as despesas operacionais, que representavam 39,4% da receita líquida em 2012, foram reduzidas apenas para 36,3% em 2013, não conseguindo absorver integralmente a pressão do aumento dos custos.

### LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA



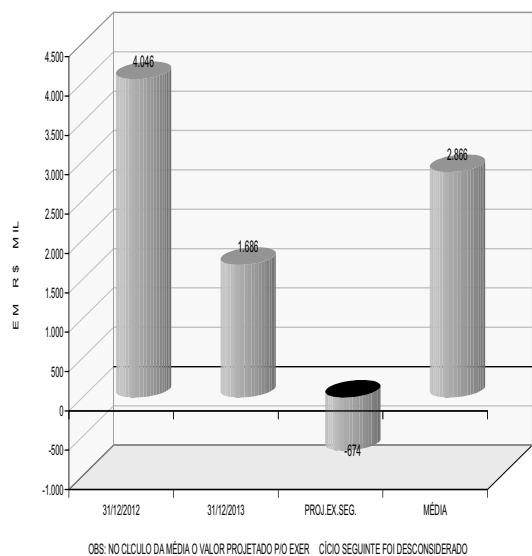
Assim, o EBIT ou resultado da atividade caiu de R\$ 5.505 mil ou 16,0% da receita líquida em 2012 para R\$ 3.080 mil ou 7,8% em 2013, indicando que a empresa está obtendo menores resultados com os ativos operacionais à sua disposição.

### RESULTADO DA ATIVIDADE (Ebit) E MARGEM DA ATIVIDADE



Também o resultado financeiro (diferença entre as despesas financeiras e as receitas financeiras), absorveu uma boa parte do resultado, fazendo com que o lucro após dos impostos baixasse de R\$ 4.046 mil em 2012 para R\$ 1.686 mil em 2013.

### LUCRO LÍQUIDO





## TV RDIO CLUBE DE TERESINA S/A

C.N.P.J. Nº. 06.847.495/0001-75  
NIRE: 2230000016-1, EM 03/08/1962.

Demonstrações Contábeis – 2013 e 2012 .



4



## TV RDIO CLUBE DE TERESINA S/A

C.N.P.J. Nº. 06.847.495/0001-75  
NIRE: 2230000016-1, EM 03/08/1962.

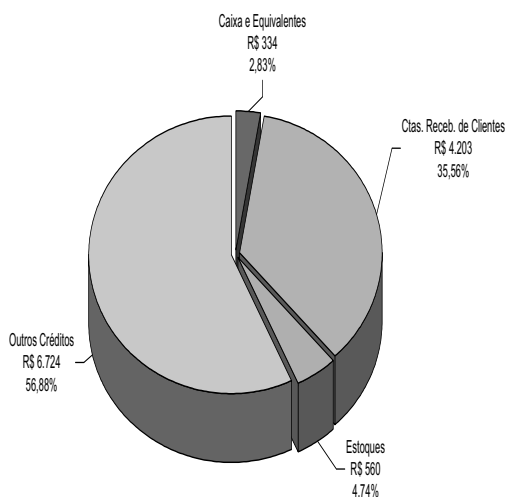
Demonstrações Contábeis – 2013 e 2012 .



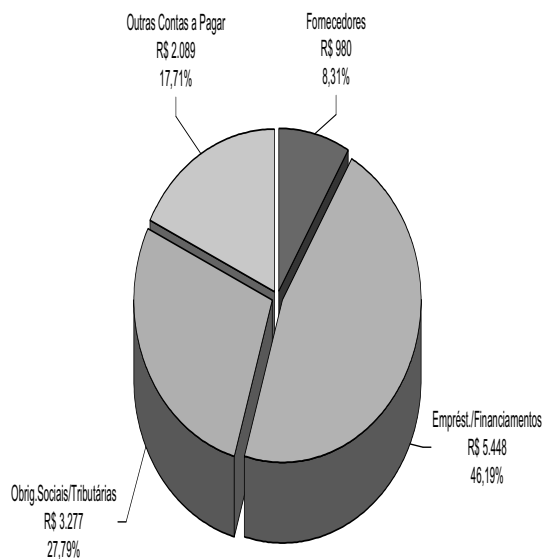
5

Resultante desse comportamento, o passivo circulante avançou 78,2% (de R\$ 6.620 mil ou 25,0% do ativo total, em 2012, para R\$ 11.794 mil ou 41,9% em 2013), principalmente em decorrência da expansão dos empréstimos e financiamentos, que aumentaram de R\$ 2.911 mil em 2012 para R\$ 5.448 mil em 2013 (crescimento de 87,2%), enquanto o ativo circulante aumentou apenas 18,8% (de R\$ 9.953 mil para 11.821 mil no período), trazendo os índices de liquidez para níveis mais baixos.

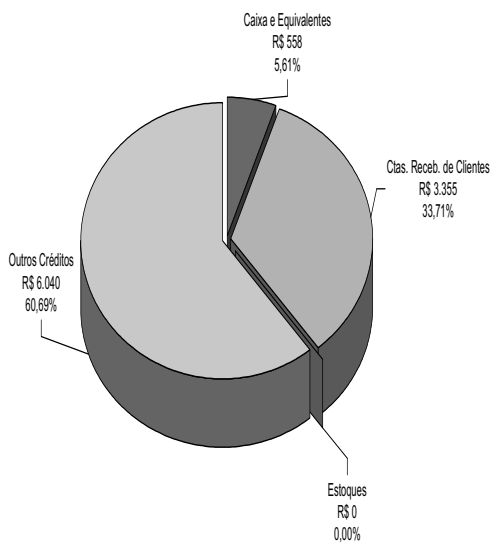
COMPOSIÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE  
EXERCÍCIO ATUAL



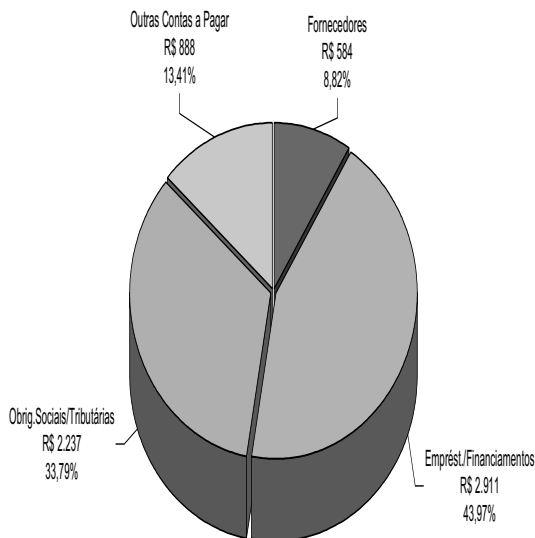
COMPOSIÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE  
EXERCÍCIO ATUAL



COMPOSIÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE  
EXERCÍCIO ANTERIOR



COMPOSIÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE  
EXERCÍCIO ANTERIOR





## TV RDIO CLUBE DE TERESINA S/A

C.N.P.J. Nº. 06.847.495/0001-75  
NIRE: 2230000016-1, EM 03/08/1962.

Demonstrações Contábeis - 2013 e 2012 .



6

### Agradecimentos,

Nossos sinceros agradecimentos aos acionistas, fornecedores, clientes, parceiros, prestadores de serviços, estabelecimentos de créditos e especialmente aos nossos valorosos colaboradores, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para termos chegado ao final dessa jornada que nestes 41 anos não nos faltaram com o apoio e a confiança, consciente que cumprimos nosso papel, sempre priorizando a ética, e a moral, objetivando o bem comum, a valorização do homem, suas atividades produtivas e culturais.

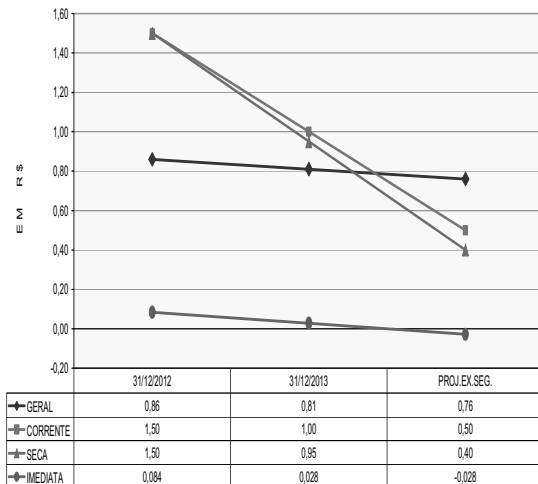
A todos queremos sinceramente agradecer e com eles compartilhar o sucesso obtido.

Teresina (PI), 03 março de 2014.

**Regina Lúcia Gayoso Ferreira de Alencar**  
Diretora Presidente

**Josafam Bonfim Moraes Rêgo**  
Contador CRC/PI 001540/0-0

### ÍNDICES DE LIQUIDEZ

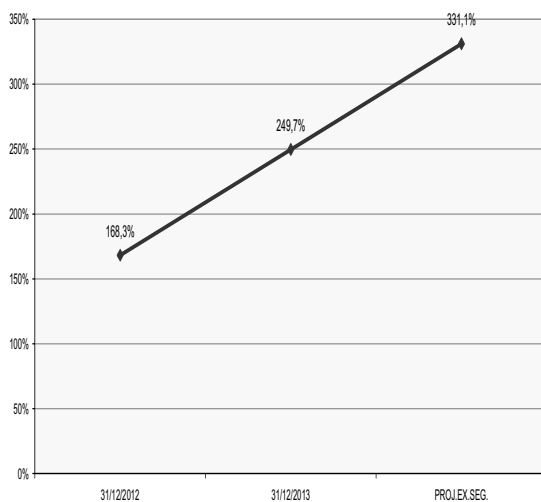


TODAS AS PROJEÇÕES SÃO BASEADAS APENAS NA TENDENCIA DO ÚLTIMO EXERCÍCIO  
(EXERC. ATUAL - EXER. ANTERIOR + EXERC. ATUAL)

O lucro líquido, após o provisionamento de R\$ 458 mil de dividendos, ficou em R\$ 1.228 mil (lucro capitalizado) e não foi suficiente para melhorar o nível de endividamento, que aumentou de 168,3%, em 2012, para 249,7%, em 2013.

### GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL

RELAÇÃO (PAS.CIRCULANTE + PAS.NÃO CIRC.) / PATRIMÍNIO LÍQUIDO



De certo, a capitalização dos resultados a serem auferidos nos próximos exercícios combinada com uma rigorosa contenção dos custos, possibilitarão à empresa melhores de capitais de giro e trarão o endividamento para níveis próximos aos desejados.

### CONCLUSÃO



## TV RDIO CLUBE DE TERESINA S/A

C.N.P.J. Nº. 06.847.495/0001-75  
NIRE: 2230000016-1, EM 03/08/1962.

Demonstrações Contábeis - 2013 e 2012 .



8

### BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

ATIVO	31/12/2013	31/12/2012
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e Bancos	333.635,29	558.487,11
Clientes	4.203.442,13	3.354.544,36
Tributos a Recuperar	3.825.717,68	3.506.062,05
Depósitos para Recursos	153.481,61	0,00
Adiantamentos	0,00	26.216,88
Estoques - Almoxxarifado	406.806,06	0,00
Despesas Apropriáveis	689.746,30	0,00
Participações Contratuais	1.624.677,34	1.521.328,39
Outros Créditos	583.296,98	986.002,47
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>11.820.803,39</b>	<b>9.952.641,26</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Realizável à Longo Prazo		
Ativo Fiscal Diferido	4.390.174,19	4.400.075,68
Imobilizado	17.185.360,62	15.966.849,69
Intangível	153.552,53	153.552,53
(-) Depreciação Acumulada	(9.102.263,09)	(7.686.086,06)
(-) Amortização Acumulada	(55.018,60)	(39.663,28)
Ajustes a Valores de Mercado do Imobilizado	3.721.331,23	3.721.331,23
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>16.293.136,88</b>	<b>16.516.059,79</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>28.113.940,27</b>	<b>26.468.701,05</b>

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



## TV RDIO CLUBE DE TERESINA S/A

C.N.P.J. Nº. 06.847.495/0001-75  
NIRE: 2230000016-1, EM 03/08/1962.

Demonstrações Contábeis – 2013 e 2012 .



9



## TV RDIO CLUBE DE TERESINA S/A

C.N.P.J. Nº. 06.847.495/0001-75  
NIRE: 2230000016-1, EM 03/08/1962.

Demonstrações Contábeis – 2013 e 2012 .



10

### BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

PASSIVO	31/12/2013	31/12/2012
<b>CIRCULANTE</b>		
Salários a Pagar	760.718,78	669.582,21
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	1.091.783,17	291.515,81
Impostos e Contribuições a Recolher	781.715,46	500.638,00
Provisão IRPJ	47.200,76	33.048,93
Provisão da Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL	312.010,65	358.749,43
Empréstimos e Financiamentos	5.447.328,77	2.911.396,29
Parcelamento Lei 11.941/2009	283.414,18	383.631,31
Fornecedores	979.996,91	584.051,50
Dividendos a Pagar	983.532,12	416.790,26
Lucros Provisonados p/Distribuição de Dividendos	828.553,76	0,00
Outros Débitos	277.377,28	470.828,90
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>11.793.631,84</b>	<b>6.620.232,64</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Exigível à Longo Prazo		
Impostos e Contribuições Incluídos no REFIS	6.139.708,51	6.705.870,72
Empréstimos e Financiamentos	885.738,02	2.012.436,37
Passivo Fiscal Diferido	1.255.006,51	1.264.563,28
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>8.280.453,04</b>	<b>9.982.870,37</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital Integralizado	1.000.000,00	864.669,22
Reservas Legal	172.933,84	110.269,69
Diferença Ajuste IPC/90	13.464,04	13.464,04
Prejuízos Acumulados	(1.228.326,28)	(2.023.606,31)
Lucros do Exercício	1.228.326,28	4.045.985,29
Ativo Fiscal Diferido	4.400.075,68	4.400.075,68
Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.718.289,83	3.719.303,71
( - ) Passivo Fiscal Diferido	(1.264.908,00)	(1.264.563,28)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>8.039.855,39</b>	<b>9.865.598,04</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>28.113.940,27</b>	<b>26.468.701,05</b>

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

	31/12/2013	31/12/2012
<b>01. RECEITA BRUTA OPERACIONAL DOS SERVIÇOS</b>	<b>41.336.120,88</b>	<b>35.878.887,77</b>
<b>02. (-) Deduções das Vendas</b>	<b>(1.705.767,73)</b>	<b>(1.512.011,75)</b>
<b>03. (=) RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>39.630.353,15</b>	<b>34.366.876,02</b>
<b>04. (-) Custos dos Serviços Vendidos</b>	<b>(22.167.639,16)</b>	<b>(15.320.289,48)</b>
<b>05. (=) LUCRO BRUTO</b>	<b>17.462.713,99</b>	<b>19.046.586,54</b>
<b>06. (-) Despesas com Vendas</b>	<b>(29.166,48)</b>	<b>(201.401,45)</b>
<b>07. (-) Despesas Operacionais</b>	<b>(12.932.000,42)</b>	<b>(12.083.695,45)</b>
<b>08. (-) Outras Despesas Operacionais</b>	<b>(1.421.685,75)</b>	<b>(1.256.638,02)</b>
<b>09. (+/-) Outras Receitas/Despesas</b>	<b>231.597,87</b>	<b>(9.279,79)</b>
<b>10. (=) LUCRO ANTES DAS DESP. FINANCEIRAS LÍQUIDAS</b>	<b>3.311.459,21</b>	<b>5.495.571,83</b>
<b>11. (-) Despesas Financeiras</b>	<b>(1.824.157,73)</b>	<b>(1.383.441,26)</b>
<b>12. (+) Receitas Financeiras</b>	<b>557.797,68</b>	<b>325.653,08</b>
<b>13. (=) RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>2.045.099,16</b>	<b>4.437.783,65</b>
<b>14. (-) Provisão p/ Contribuição Social</b>	<b>(312.010,65)</b>	<b>(358.749,43)</b>
<b>15. (-) Provisão p/ Imposto de Renda</b>	<b>(47.200,76)</b>	<b>(33.048,93)</b>
<b>16. (=) LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO EXERCÍCIO</b>	<b>1.685.887,75</b>	<b>4.045.985,29</b>
<b>17. (=) LUCRO LÍQUIDO AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL</b>	<b>0,019</b>	<b>0,047</b>
<b>18. (=) QUANTIDADE DE AÇÕES AO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>85.850.000,00</b>	<b>85.850.000,00</b>

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



## TV RDIO CLUBE DE TERESINA S/A

C.N.P.J. Nº. 06.847.495/0001-75  
NIRE: 2230000016-1, EM 03/08/1962.

Demonstrações Contábeis – 2013 e 2012 .



11



## TV RDIO CLUBE DE TERESINA S/A

C.N.P.J. Nº. 06.847.495/0001-75  
NIRE: 2230000016-1, EM 03/08/1962.

Demonstrações Contábeis – 2013 e 2012 .



12

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012.

#### FLUXO DAS OPERAÇÕES:

Método Indireto

1. Das Atividades Operacionais	31.12.2013	31.12.2012
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>1.685.887,75</b>	<b>4.045.985,29</b>
(+/-) Ajustes		
Despesa de Depreciação	1.432.546,23	821.687,41
Variação de Salários a Pagar	(364.182,32)	(56.770,18)
Variação de Impostos e Contribuições a Recolher	74.402,41	(433.665,24)
Variação de Clientes	861.119,97	(865.427,95)
Variação de Fornecedores	541.202,14	(249.657,46)
Variação de Contas a Pagar	70.760,94	237.780,99
<b>(=) Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>4.301.737,12</b>	<b>3.499.932,86</b>
<b>2. Das Atividades de Investimentos</b>		
(+) Recebimento de Venda do Imobilizado	0,00	0,00
(-) Aquisição do Ativo Permanente	1.234.359,42	849.175,06
(+) Aplicação em Depósito Judicial	0,00	0,00
<b>(=) Caixa Líquido das Atividades de Investimentos</b>	<b>1.234.359,42</b>	<b>849.175,06</b>
<b>3. Das Atividades de Financiamentos</b>		
(+) Empréstimos e Financiamentos	5.427.427,75	3.445.746,49
(-) Amortização de Financiamentos	(1.577.644,26)	(490.280,99)
(-) Pagamentos de Dividendos	(886.649,90)	(395.585,74)
<b>(=) Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos</b>	<b>2.963.133,59</b>	<b>2.559.879,76</b>
<b>4. VARIACÃO TOTAL DAS DISPONIBILIDADES(1-2-3)</b>	<b>*104.244,11</b>	<b>*90.878,04</b>
5. Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	88.960,81	1.917,23
6. Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.283,30	88.960,81
<b>7. VARIACÃO DE CAIXA</b>	<b>*104.244,11</b>	<b>*90.878,04</b>

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações contábeis

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FIN DOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2013.

1. RECEITA	31.12.2013	31.12.2012
1.1 Vendas de Serviços	41.336.120,88	35.667.919,65
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		
2.1 Materiais, Energia, Serv. de Terc. e Outros.	(1.919.356,91)	(1.429.918,86)
2.2 Outros Custos de Serviços Vendidos	(17.878.582,89)	(13.247.043,09)
2.3 Serviços e Terceiros e Outras Despesas Operacionais	(1.421.685,75)	(1.241.519,66)
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>20.116.495,33</b>	<b>19.749.438,04</b>
<b>4. RETENÇÕES</b>		
(-) Depreciação e Amortização	(1.430.518,47)	(820.673,65)
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>18.685.976,86</b>	<b>18.928.764,39</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO REC. EM TRANSFERENCIA</b>		
6.1 Receitas Financeiras	557.797,68	325.653,08
6.2 Resultados Negativo na Baixa de Bens do Ativo Permanente	0,00	(137.501,16)
6.3 Recuperação de Encargos	231.597,87	128.221,37
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>19.475.372,41</b>	<b>*19.245.137,68</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
8.1 Salários e Encargos		
8.1.1 Empregados	12.277.957,60	10.368.821,60
8.1.2 Honorários da Diretoria	1.492.000,00	1.452.000,00
8.2 Impostos, Taxas e Contribuições		
8.2.1 Federal	1.714.782,25	1.314.699,40
8.2.2 Estadual	63.756,75	52.716,81
8.2.3 Municipal	28.452,44	34.273,51
8.2.4 Provisão de Tributos Federais	359.211,41	391.798,36
8.3 Comissões Sobre Vendas	29.166,48	201.401,45
8.4 Créditos Incobráveis	0,00	0,00
8.5 Juros	1.824.157,73	1.383.441,26
8.6 Lucros Retidos ou a Distribuir	1.685.887,75	4.045.985,29
<b>8. (=) TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO (=7)</b>	<b>19.475.372,41</b>	<b>*19.245.137,68</b>

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



TV RDIO CLUBE DE TERESINA S/A

C.N.P.J. Nº. 06.847.495/0001-75  
NIRE: 2230000016-1, EM 03/08/1962.

Demonstrações Contábeis – 2013 e 2012 .



13



TV RDIO CLUBE DE TERESINA S/A

C.N.P.J. Nº. 06.847.495/0001-75  
NIRE: 2230000016-1, EM 03/08/1962.

Demonstrações Contábeis – 2013 e 2012 .



14

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO  
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012.

	31.12.2013	31.12.2012
01. SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	6.422.454,66	3.032.168,26
02. (+) Ajustes devedores anos anteriores	0,00	0,00
03. (=) SALDO AJUSTADO E CORRIGIDO (1+2)	6.422.454,66	3.032.168,26
04. (+) Reversão de Reservas de Lucros	0,00	0,00
05. (+) Lucro Líquido do Exercício	1.685.887,75	4.045.985,29
06. (-) Reserva Legal (5%)	(62.664,15)	(110.269,69)
07. (-) Dividendos Provisionados Exercício 2013	(457.561,47)	(523.781,03)
08. (-) Dividendos AGO 30/04/2013	(995.830,29)	0,00
09. (-) Dividendos AGE 20/11/2013	(828.553,76)	0,00
10. (-) Prejuízo Líquido do Exercício	0,00	0,00
11. (-) Ativo Fiscal Diferido - Realização	0,00	(21.648,17)
12. (-) Aumento de Capital	(135.330,78)	0,00
13. (=) SALDO DISPOSIÇÃO DA A.G.O	5.628.401,96	6.422.454,66
14. (-) Transferência para Reserva de Lucros	0,00	0,00
15. (=) SALDO NO FINAL DO PERÍODO(8-9-10)	5.628.401,96	6.422.454,66

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2013 E 2012

	Capital Social	Reservas Lucros	Reserva de Capital	Lucros Acumulados	Prejuízos Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Saldo em 01/01/2012	864.669,22	0,00	13.464,04	3.032.168,26	0,00	2.455.409,52	6.365.711,04
Lucro Líquido Exercício	0,00	0,00	0,00	4.045.985,29	0,00	0,00	4.045.985,29
Ajustes de Exerc. Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Opções de Ações Outorgadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva Legal	0,00	110.269,69	0,00	(110.269,69)	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	(523.781,03)	0,00	0,00	(523.781,03)
Extinção Reserva de Reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dep.Custo Atribuído Prédio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.013,76)	(1.013,76)
Realização Ativo Fiscal Diferido	0,00	0,00	0,00	(21.648,17)	0,00	0,00	(21.648,17)
Ajuste Passivo Fiscal Diferido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	344,67	344,67
Res. Aplic. Incentivo Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31/12/2012	864.669,22	110.269,69	13.464,04	6.422.454,66	0,00	2.454.740,43	9.865.598,04
Lucro Líquido do Exercício	0,00	0,00	0,00	1.685.887,75	0,00	0,00	1.685.887,75
Reserva Legal	0,00	62.664,15	0,00	(62.664,15)	0,00	0,00	0,00
Dividendos AGO 30/04/2013	0,00	0,00	0,00	(995.830,29)	0,00	0,00	(995.830,29)
Dividendos AGE 20/11/2013	0,00	0,00	0,00	(828.553,76)	0,00	0,00	(828.553,76)
Dividendos Provisionados Exercício 2013	0,00	0,00	0,00	(457.561,47)	0,00	0,00	(457.561,47)
Aumento de Capital	135.330,78	0,00	0,00	(135.330,78)	0,00	0,00	0,00
Dep. Custo Atribuído Prédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.013,88)	(1.013,88)
Ajuste Passivo Fiscal Diferido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(344,72)	(344,72)
Ativo Fiscal Dif. Realização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.228.326,28)	0,00	(1.228.326,28)
Saldo em 31/12/2013	1.000.000,00	172.933,84	13.464,04	5.628.401,96	(1.228.326,28)	2.453.381,83	8.039.856,39

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### CONTEXTO OPERACIONAL

A TV Rádio Clube de Teresina S/A é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada na cidade de Teresina, Estado do Piauí na Avenida Valter Alencar, 2120 Bairro Monte Castelo. Registro inicial como sociedade por quotas de responsabilidade limitada na Junta Comercial do Estado do Piauí sob o número 2230000016-1, em 03/08/1962. Posteriormente transformada em Companhia de capital fechado, constituída em 06 de abril de 1.964, pela escritura pública lavrada no Cartório João Crisóstomo, no livro de notas número 29, folhas 75 v e 81 v, posteriormente arquivada na Junta Comercial do Estado do Piauí, sob número 651, em sessão de 19 de maio de 1.964, adaptada à Lei número 6.404/76, pela Assembléia Geral Extraordinária de 23 de janeiro de 1.978, arquivada sob número 3.964, em sessão de 10/02/1978.

A sociedade tem por objeto a exploração e instalação de estações de radiodifusão sonora de sons (Rádio-AM) e imagem (televisão aberta) com finalidades educacionais, cívicas e patrióticas, bem como a exploração da propaganda comercial e atividades correlatas, mediante obtenção do Governo Federal de concessões e permissões nos termos da legislação específica.

O Capital Social integralizado é de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), dividido em 85.850.000 (Oitenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta mil) ações nominativas, inalienáveis, sendo 42.925.000 (Quarenta e dois milhões, novecentos e vinte e cinco mil) ações ordinárias, com direito a voto, e de igual número de preferenciais, sem direito a voto.

### BASE DE PREPARAÇÃO

#### *Apresentação das Demonstrações contábeis*

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 03 de março de 2014.

#### *Declaração de conformidade com relação às normas do CPC*

As demonstrações contábeis da TV Rádio Clube do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), com atendimento integral da Lei nº. 6.404/76 com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Considerando que a empresa não é sociedade de capital aberto regulada pela CVM, como também sociedade de grande porte, como definido pela Lei nº. 11.638/07, e se enquadrada como Pequena e Média Empresa, nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 19.41 – Contabilidade para pequenas e médias empresas, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.255/09. Diante desse respaldo legal a Companhia não está obrigada a ser auditada por auditores independentes as suas demonstrações contábeis, pois no exercício anterior não apurou um Ativo total superior a R\$ 240.000 mil ou Receita Bruta anual superior a R\$ 300.000 mil.

Portanto, as Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas dentro do que estabelece os citados dispositivos societários acima (NBC T 19.41 e Resolução CFC nº. 1.255/09). A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 15 de março de 2013.

#### *Base de mensuração*

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

#### *Moeda Funcional*

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

#### *Estimativas de julgamento*

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Ativos e Passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução do valor recuperável de contas a receber, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

### RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### *Apuração do resultado*

O Resultado é apurado pelo Regime de Competência de exercícios para apropriação de Receitas, Custos e ou Despesas correspondentes.

#### *Ativos circulantes e não circulantes*

##### *Clientes*

As Contas a Receber são mensuradas pelo valor histórico. Não se aplica o ajuste a valor presente, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 12, considerando que seus valores já estão a valor de mercado, o resgate (vencimentos) não ultrapassa 60 (sessenta) dias e não estão embutidos juros nas respectivas vendas dos serviços.

##### *Investimentos*

Os investimentos são avaliados pelo Custo de Aquisição, deduzido de Provisão para Perda de Investimento, quando aplicável.

##### *Imobilizado*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e os custos de manutenção e reparo são lançados ao resultado, quando incorridos.

##### *Depreciação*

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos com base nas taxas fiscais aceitas e divulgadas pela Receita Federal do Brasil, pois considera que essas taxas refletem de forma adequada 0a vida útil dos bens.

Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de depreciação, na vida útil ou no valor residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas. A Administração não identificou qualquer indicação de necessidade de revisão nas taxas de depreciação.

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, em atendimento ao CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil e Resolução nº. 1.304/2010 do Conselho Federal de Contabilidade que aprovou a NBC 10.2, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo financeiro (arrendamento).



### TV RDIO CLUBE DE TERESINA S/A

C.N.P.J. Nº. 06.847.495/0001-75

NIRE: 2230000016-1, EM 03/08/1962.

Demonstrações Contábeis – 2013 e 2012 .



17

#### Revisão das Vidas feis

A Companhia não avaliou a vida útil remanescente de seus principais ativos fixos, bem como o valor residual, estabelecendo o valor depreciável e a nova taxa de depreciação na data de transição, principalmente pela carência de profissionais ou empresas especializadas nesta área em nossa região. Porém, em outubro de 2013 firmamos contrato com uma empresa de Consultoria e Assessoria de Campinas São Paulo, que fez um levantamento físico de todos os bens, e identificou os bens com placas usando código de barras. Antes do encerramento das demonstrações contábeis recebemos o resumo dos trabalhos já com a apuração do valor de mercado, cujos ajustes serão feitos no exercício de 2014.

INVENTARIO REALIZADO EM 31/12/2013	VALOR DE MERCADO
CONTAS CONTEBEIS	EM R\$
C.MESTRE,SWITCHER,C.TEC-DIGIT	864.885,60
CAMERAS VIDEO CCD E ACESSORIOS	615.588,80
COMPUTADORES E PERIFERICOS	651.332,90
COMPUTADORES, MONITORES G1	2.520,00
DIST. DE SINAIS AUDIO E VIDEO	240.256,20
GRUPO GERADOR	416.832,40
INSTRUMENTOS DE MEDICAO	332.274,00
MAQUINAS E EQUIP DE RADIO	981.703,20
MAQUINAS E EQUIP TELEVISAO	1.959.438,50
MIXER DE AUDIO ANAL.DIGITAL	18.981,60
MOVEIS E UTENSILIOS	614.911,60
RECEPTORES IRDS DECODER OUTROS	152.350,00
SIST.INTERCOM.SWITCHER/EST DIG	13.650,00
SWITCHER PRODUCAO/CORTE JORNAL	287.126,60
TORRES E SISTEMA IRRADIANTE	55.760,00
TRANSMISSORES	1.163.479,40
VEICULOS	671.209,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>9.042.299,80</b>

#### Perdas por Redução ao Valor Recuperável

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. Em 31 de 2012 e de 2013 não foram identificados eventos de realização. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2013 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação quando inferior ao valor contábil.

#### Arrendamento Mercantil

#### Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.



### TV RDIO CLUBE DE TERESINA S/A

C.N.P.J. Nº. 06.847.495/0001-75

NIRE: 2230000016-1, EM 03/08/1962.

Demonstrações Contábeis – 2013 e 2012 .



18

#### Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis da companhia estão registrados conforme os custos de aquisição, deduzidos dos valores de amortização.

#### Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos imobilizados e intangíveis têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

#### Tributos a Recuperar

	2013	2012
Imposto de Renda	2.599	2.283
CSLL	1.220	1.209

São tributos apurados com base na receita bruta mensal, aplicando os percentuais previstos no RIR/1999, artigo 223, ou com base em balanços ou balancetes de suspensão ou redução, previstos no RIR/1999, artigo 230. Esses tributos são compensados administrativamente pelo sítio da Receita Federal do Brasil.

#### Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

#### Passivo Circulante e Não Circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos, e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo desses tributos é calculado com bases nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas operações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Abaixo a base de cálculo do IR e da Contribuição Social e os valores provisionados:





## TV RDIO CLUBE DE TERESINA S/A

C.N.P.J. Nº. 06.847.495/0001-75  
NIRE: 2230000016-1, EM 03/08/1962.

Demonstrações Contábeis – 2013 e 2012 .



19

	2013	2012
Provisão do Imposto de Renda		
Lucro Líquido Contábil	2.045	4.438
( + ) Adições	1.422	1.257
( - ) Exclusões	(3.329)	(5.381)
( + ) CSLL	312	0
( - ) Base de Cálculo do IRPJ	450	314
( - ) Compensações Prejuízos Fiscais (30%)	(135)	(94)
( - ) Lucro Real	315	220
( - ) Provisão do IR ( 315 X 15%)	47	33

	2013	2012
Provisão da Contribuição Social		
Lucro Líquido Contábil	2.045	4.438
( + ) Adições	1.422	1.257
( - ) Base de Cálculo CSLL	3.467	5.695
( - ) Compensação BC Negativa	0	(1.708)
( = ) Base de Cálculo Final	3.467	3.987
( = ) Provisão da CSLL ( 3.467 X 9%)	312	358

### Empréstimos e Financiamentos

Os Empréstimos e Financiamentos tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("Pró-rata temporis").

### Contrato de Mútuo

A Companhia firmou Contrato de Mútuo tendo como Credora a GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A., no valor de R\$ 1.335.000,00 (Um milhão trezentos e trinta e cinco mil reais), para pagamento em 34 (Trinta e quatro) parcelas mensais fixas e consecutivas de R\$ 39.264,71 (Trinta e nove mil duzentos e sessenta e quatro reais e setenta e um centavos), vencendo-se a primeira em 10/01/2014 e a última em 11/10/2016. O saldo devedor será atualizado cada 12 (doze) meses, a contar da data de recebimento do empréstimo, ou na menor periodicidade permitida em lei, com base na variação do Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M positivo), ou outro índice que venha substituí-lo, por decisão governamental, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês.

### Carta Acordo

A Companhia firmou Carta de Acordo com a GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. em decorrência de acordo com o "ECAD", onde ficou estabelecido o débito de R\$ 2.098.797,65 (Dois milhões e noventa e oito mil setecentos e noventa e sete reais e sessenta e cinco centavos), onde R\$ 1.623.458,86 (Um milhão seiscentos e vinte e três mil quatrocentos e cinquenta e oito mil e oitenta e seis centavos) de principal e R\$ 475.338,79 (Quatrocentos e setenta e cinco mil trezentos e trinta e oito reais e setenta e nove centavos) de juros. Desse montante a Companhia reembolsou a "GLOBO" em R\$ 1.201.964,04 (Um milhão duzentos e um mil novecentos e sessenta e quatro reais e quatro centavos) através do Instrumento Particular de Contrato de Mútuo, Confissão de Dívida e Outras Avenças ("Mútuo"), celebrado entre as partes em 31/10/2013 e se comprometeu a reembolsar a "GLOBO" o valor de R\$ 372.134,20 (Trezentos e setenta e dois mil cento e trinta e quatro reais e vinte centavos) em 11/11/2013. Já com relação à parcela de 2014, a Companhia se comprometeu a reembolsar a "GLOBO" o valor de R\$ 524.699,41 (Quinhentos e vinte e quatro mil seiscentos e noventa e nove reais e quarenta e um centavos), que será corrigido pelo "IPCA" desde 01/11/2013 a 30/06/2014, através das condições estabelecidas no instrumento mútuo citado.

### Ajuste a Valor Presente

A Administração da Companhia efetuou análise dos valores do Ativo e do Passivo Circulante e Não Circulante, não tendo identificado saldos e transações para as quais o Ajuste a Valor Presente de Ativo e Passivo seja aplicável e relevante em relação às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, observadas nas operações abaixo:



## TV RDIO CLUBE DE TERESINA S/A

C.N.P.J. Nº. 06.847.495/0001-75  
NIRE: 2230000016-1, EM 03/08/1962.

Demonstrações Contábeis – 2013 e 2012 .



20

Nas operações de arrendamento mercantil (leasing), prevaleceu a essência sobre a forma, ou seja, registramos no ativo imobilizado as aquisições de parcela da frota de veículos e de equipamentos de radiodifusão, e a contrapartida na rubrica "Empréstimos-Financiamentos Leasing".

Na conta do "REFIS", o saldo devedor já está a valor presente na data do balanço, pois sua contabilização foi de acordo com as condições aplicáveis a esse tipo de refinanciamento, não sendo necessário nenhum ajuste contábil, já que o inciso III do artigo 184 da Lei das Sociedades por Ações (com a nova redação) define o ajuste a valor presente e não o ajuste a valor justo do passivo.

Financiamento Banco do Nordeste do Brasil S/A, de recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, Cédula de Crédito nº. 194.2009.22.1966, destinado a implantação da TV Digital, no valor de R\$ 2.789.430,77 (Dois milhões setecentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e trinta reais e setenta e sete centavos), com liberação em 26/01/2009, com carência de 2 (dois) anos e com vencimento final em 26/01/2017, ou oito (8) anos. Encargos financeiros com juros à taxa efetiva de 9,5% ao ano, calculados e capitalizados mensalmente e exigível trimestralmente no dia 26 de cada mês. Sobre os mesmos recursos incidem encargos financeiros equivalentes para o "FNE", com juros de 0,7592% ao mês. Como garantia da operação penhor mercantil dos bens adquiridos, hipoteca do imóvel sede da empresa e mais três imóveis dos diretores e aval dos diretores. Todos os encargos financeiros foram apropriados até 31/12/2013.

### Garantias

Do financiamento do Banco do Nordeste do Brasil S/A, cuja fonte de recursos são originários do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, para segurança e garantia do pagamento da dívida, com todos os encargos pactuados, os emitentes creditados e os intervenientes hipotecantes deram em garantia à instituição financeira em hipoteca devidamente registrada em títulos e documentos sob número 1.836, livro C-06, em 10/02/2009, no Cartório do 1º. Ofício de Notas e Registro de Imóveis – 2ª Circunscrição, imóveis com todas as instalações e benfeitorias, além de alienação fiduciária de todos os objetos do financiamento, conforme abaixo:

Imóvel Sede da Empresa	1.644
Três Imóveis dos Intervenientes Hipotecantes	960
Bens Vinculados em Alienação Fiduciária	2.106
Total das Garantias	4.710

### Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

Em 28 de abril do ano de 2000 a empresa aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, instituído pela Medida Provisória nº. 2004, de 13.01.2000, e posteriormente pela Lei nº. 9.964, de 10 de abril de 2000, cuja modalidade da adesão é "REFIS: Receita Bruta" e o regime de tributação Lucro Real. Os débitos consolidados sujeitam-se a juros correspondentes à variação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP, sendo vedada à imposição de qualquer outro acréscimo. O saldo constante no Balanço Patrimonial no grupo Passivo Não Circulante – Exigível a Longo Prazo foi conciliado com o extrato disponível no site da Receita Federal do Brasil.

Posição em 31/12/2012 e 31/12/2013	2013	2012
Principal	3.106	3.311
Juros	3.033	3.395
Saldo em 31/12/2012 e 31/12/2013	6.139	6.706

### Parcelamentos – Lei nº. 11.941/2009

Em 15/07/2011 foi consolidado o Parcelamento de Dívidas Não Parceladas de demais débitos no âmbito da Receita Federal do Brasil, nos termos do Artigo 1º. da Lei Nº. 11.941/2009, a saber:



### TV RDIO CLUBE DE TERESINA S/A

C.N.P.J. Nº. 06.847.495/0001-75

NIRE: 2230000016-1, EM 03/08/1962.

Demonstrações Contábeis – 2013 e 2012 .



21

	2013	2012
Demais Débitos no âmbito da Receita Federal	386	445
Demais Débitos no âmbito da Previdência Social	29	60
(-) Encargos a Transcorrer	(122)	(122)
(=) Saldo em 31/12/2012 e 31/12/2013	283	383

#### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### Capital Social

O Capital Social que era de R\$ 865 mil foi aumentado para R\$ 1.000 mil, com a incorporação dos lucros acumulados no valor de R\$ 135 mil, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de novembro de 2013, cujos atos legais foram devidamente registrados e arquivados na Junta Comercial do Estado do Piauí.

Com o aumento o Capital Social integralizado passou para R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) dividido em 85.850.000 (Oitenta e cinco milhões oitocentos e cinquenta mil) ações nominativas, inalienáveis, sendo 42.925.000 ações ordinárias, com direito a voto, e igual número de preferenciais.

##### Distribuição de Dividendos por Decisões de Assembleia Geral

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2013 aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 995 mil, destinou R\$ 62 mil reais para formação da Reserva Legal e no limite da legislação pertinente, incorporou R\$ 135 mil ao capital social, absorveu os Prejuízos Acumulados no valor de R\$ 2.023 mil, e o saldo remanescente de R\$ 964 mil ficará retida na conta Reserva de Lucros para posterior destinação, oriundos do lucro líquido do exercício de 2012 no valor de R\$ 4.05 mil.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de novembro de 2013 autorizou que do saldo remanescente dos lucros do exercício de 2012 retidos na conta Reserva de Lucros a realizar no valor de R\$ 964 mil, R\$ 135 mil fosse a incorporada ao capital social, e o saldo de R\$ 828 mil, fossem destinados à distribuição de dividendos, e seriam provisionados em conta específica do Passivo Circulante. A Ata desta Assembleia Geral Extraordinária foi devidamente registrada e arquivada na Junta Comercial do Estado do Piauí.

##### Outras Divulgações – Item 137 do CPC – Apresentação das Demonstrações Financeiras

A Companhia provisionou antes da data autorizada para emissão das demonstrações contábeis os dividendos do exercício de 2013 no valor de R\$ 457.561,47 (Quatrocentos e cinquenta e sete mil quinhentos e sessenta e um reais e quarenta e sete centavos), o correspondente ao percentual superior a 27% do lucro líquido do exercício. O valor foi superior ao valor mínimo estabelecido no parágrafo 2º. (segundo) do Artigo 202 da Lei nº. 6.404/76, para que o saldo remanescente do lucro líquido no valor de R\$ 1.228.326,28 (Um milhão duzentos e vinte e oito mil trezentos e vinte e seis reais e vinte e oito centavos) seja exatamente igual aos Prejuízos Acumulados oriundos de Ajustes de Exercícios Anteriores, evitando-se ficar saldo em Reservas de Lucros a Realizar.

#### FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada de acordo com a legislação em vigor, e somente a partir do exercício de 2008. No final apura-se a Variação Líquida de Caixa.

#### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.



### TV RDIO CLUBE DE TERESINA S/A

C.N.P.J. Nº. 06.847.495/0001-75

NIRE: 2230000016-1, EM 03/08/1962.

Demonstrações Contábeis – 2013 e 2012 .



22

Decidimos elaborá-la considerando que é uma demonstração contábil destinada a evidenciar, de forma concisa, os dados e as informações da riqueza gerada pela entidade em determinado período e sua distribuição.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

#### COBERTURA DE SEGUROS

A companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado cobertura compatível com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de consultores de seguros.

- I. Seguro Empresarial: Cobertura contra os riscos de incêndio, vendavais, queda de raio, explosão, impacto de veículos, queda de aeronaves (benfeitorias, máquinas e instalações), sendo que o valor em risco segurado é superior a R\$ 3.000 mil.
- II. Seguro Veículos: Cobertura contra os riscos de incêndio, colisão e roubo, assegurado pelo valor de mercado.
- III. Seguro de Vida em Grupo beneficiando os colaboradores.

Teresina (PI), 31 de dezembro de 2013.

Regina Lúcia Gayoso Ferreira de Alencar

Diretora presidente  
RG. 104.315-SSP-PI  
CPF. 130.348.203-72

Valter Alencar Filho  
Dir. Vice - Presidente  
RG. 79.276-SSP-PI  
CPF. 036.011.103-34

Teresa Maria Ferreira de Alencar Rebelo

Diretora Financeira  
RG. 78.510-SSP-PI  
CPF. 096.250.543-91

Josafam Bonfim Moraes Rêgo  
RG. 118.857-SSP-PI  
Contador CRC/PI nº. 0015400  
CPF. 068.866.743-53

## EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

CNPJ nº 08.448.356/0001-02 - NIRE nº 22 3 0000820-0

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### Senhores acionistas,

A Administração da Eólica Pedra do Sal S.A. ("Pedra do Sal" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### 1. Perfil institucional

A Companhia detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar o Parque Eólico Pedra do Sal (Parque Eólico ou Usina), com capacidade instalada de 18 MW e capacidade comercial de 5,7 MW médios, contando com 32 aerogeradores. O parque eólico está situado no Município de Parnaíba, Estado do Piauí (PI), e sua operação comercial teve início em 30 de dezembro de 2008.

A Companhia possui sua energia contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), pelo prazo de 20 anos, por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

A Pedra do Sal não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta Tractebel Energia S.A. (Tractebel Energia), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

#### 2. Controle acionário

O controle acionário da Companhia pertence à Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP), uma *holding* controlada pela Tractebel Energia, a maior companhia privada geradora de energia elétrica do Brasil.

#### 3. Ambiente macroeconômico

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2013, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 2,30%, superior ao 0,9% obtido em 2012.

#### 4. Desempenho operacional

Em 2013, a geração bruta de Pedra do Sal foi de 65,5 GWh, inferior em 11,0% em relação aos 73,6 GWh gerados em 2012.

O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 99,2%, estável se comparado ao índice registrado em 2012. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global em 2013 foi de 98,2%.

#### 5. Desempenho econômico-financeiro

##### 5.1. Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2013	2012	Variação %
Receita líquida de vendas	18.288	19.866	-7,9%
Lucro bruto	9.918	11.516	-13,8%
Margem bruta	54,2%	58,0%	-3,8 p.p.
Resultado do serviço (EBIT)	9.850	11.383	-13,5%
EBITDA (Lajida) <sup>1</sup>	14.380	15.912	-9,6%
Margem EBITDA (Lajida) <sup>2</sup>	78,6%	80,1%	-1,5 p.p.
Depreciação e amortização	(4.530)	(4.529)	0,0%
Resultado financeiro	(3.360)	(4.346)	-22,7%
Lucro líquido do exercício	6.151	6.476	-5,0%

##### 5.2. Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

A Companhia, no ano de 2013, alcançou lucro líquido de R\$ 6.151 ante um lucro no mesmo período de 2012 de R\$ 6.476. Esse resultado decorreu, substancialmente, da redução da receita de venda de energia ocorrida em função do mecanismo de ajuste de preço estabelecido no contrato.

#### 6. Agradecimentos

A Administração de Pedra do Sal agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2013.

#### A Administração

<sup>1</sup> EBITDA(Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + despesas financeiras, líquidas + depreciação e amortização.

<sup>2</sup> Margem EBITDA (Lajida): EBITDA (Lajida)/Receita líquida de vendas.

### BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31.12.2013	31.12.2012	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31.12.2013	31.12.2012
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.442	4.947	Fornecedores		353	346
Contas a receber de clientes	5	5.189	6.031	Financiamento	9	4.326	3.815
Impostos e contribuições sociais a recuperar	6	1.956	1.349	Dividendos	10	4.009	638
Outros ativos circulantes		250	185	Outros passivos circulantes		102	456
		<b>19.837</b>	<b>12.512</b>			<b>8.790</b>	<b>5.255</b>
<b>Ativo não circulante</b>				<b>Passivo não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				Financiamento	9	53.693	58.159
Impostos e contribuições sociais a recuperar	6	4.840	6.018			<b>53.693</b>	<b>58.159</b>
Depósitos vinculados	7	2.685	2.523	<b>Patrimônio líquido</b>			
		<b>7.525</b>	<b>8.541</b>	Capital social	10	33.133	33.133
<b>Imobilizado</b>	8	<b>73.071</b>	<b>77.523</b>	Reservas de lucro	10	4.824	2.044
<b>Intangível</b>		<b>7</b>	<b>15</b>			<b>37.957</b>	<b>35.177</b>
		<b>80.603</b>	<b>86.079</b>				
<b>Total</b>		<b>100.440</b>	<b>98.591</b>	<b>Total</b>		<b>100.440</b>	<b>98.591</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua →\*



### EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

—\* continuação

CNPJ nº 08.448.356/0001-02 - NIRE nº 22 3 0000820-0

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)			
	Nota	31.12.2013	31.12.2012		31.12.2013	31.12.2012	
<b>Receita líquida de vendas</b>	11	<b>18.288</b>	<b>19.866</b>	<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Custos da venda de energia</b>				Lucro antes dos tributos	6.490	7.037	
Materiais		(70)	(61)	Ajustes para conciliar o lucro antes dos tributos ao caixa gerado pelas operações:			
Serviços de terceiros		(2.229)	(2.420)	Depreciação e amortização	4.530	4.529	
Encargos de uso da rede elétrica		(829)	(829)	Juros sobre financiamento	4.090	4.863	
Depreciação e amortização		(4.530)	(4.529)	Juros sobre depósitos vinculados	(201)	(217)	
Seguros		(80)	(115)	<b>Lucro ajustado</b>	<b>14.909</b>	<b>16.212</b>	
Aluguéis		(469)	(309)	<b>Redução (aumento) nos ativos</b>			
Outros		(163)	(87)	Contas a receber de clientes	842	(3.732)	
		<b>(8.370)</b>	<b>(8.350)</b>	Impostos e contribuições sociais a recuperar	167	1.104	
<b>Lucro bruto</b>		<b>9.918</b>	<b>11.516</b>	Outros ativos circulantes	(65)	—	
<b>Despesas operacionais</b>				<b>Aumento (redução) nos passivos</b>			
<b>Despesas gerais e administrativas</b>				Fornecedores	7	40	
Serviços de terceiros		(126)	(133)	Adiantamento de cliente	—	(4.755)	
Outras receitas operacionais		58	—	Outros passivos circulantes	20	137	
		<b>(68)</b>	<b>(133)</b>		<b>971</b>	<b>(7.206)</b>	
<b>Lucro antes do resultado financeiro e Dos tributos</b>		<b>9.850</b>	<b>11.383</b>	<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>15.880</b>	<b>9.006</b>	
<b>Resultado financeiro</b>				Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(311)	(368)	
Renda de aplicações financeiras e Depósitos vinculados		790	567	Juros sobre financiamento pagos	(4.163)	(4.897)	
Juros sobre financiamento	9	(4.090)	(4.863)	<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>11.406</b>	<b>3.741</b>	
Outras despesas financeiras		(60)	(50)	<b>Atividades de investimento</b>			
		<b>(3.360)</b>	<b>(4.346)</b>	Aplicação no imobilizado	(68)	(16)	
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>6.490</b>	<b>7.037</b>	<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>(68)</b>	<b>(16)</b>	
Imposto de renda	12	(238)	(423)	<b>Atividades de financiamento</b>			
Contribuição social	12	(101)	(138)	Pagamentos de financiamento	(3.882)	(3.447)	
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>6.151</b>	<b>6.476</b>	Depósitos vinculados ao serviço da dívida	39	400	
A Companhia não possui resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração específica.				<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>(3.843)</b>	<b>(3.047)</b>	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.495</b>	<b>678</b>	
				<b>Conciliação do caixa e equivalentes de caixa</b>			
				Saldo inicial	4.947	4.269	
				Saldo final	12.442	4.947	
				<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.495</b>	<b>678</b>	
				<b>Transações que não afetaram caixa</b>			
				Dividendos propostos	1.461	638	
				Dividendos aprovados pela AGO	1.910	—	
				Imposto de renda e contribuição social compensados	404	—	

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Dividendos propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldos em 31.12.2011</b>		<b>33.133</b>	—	—	<b>(3.794)</b>	<b>29.339</b>
Lucro líquido do exercício		—	—	—	6.476	6.476
Destinações propostas à ago:						
- Reserva legal	10	—	134	—	(134)	—
- Dividendos mínimos obrigatórios	10	—	—	—	(638)	(638)
- Dividendos adicionais propostos	10	—	—	1.910	(1.910)	—
<b>Saldos em 31.12.2012</b>		<b>33.133</b>	<b>134</b>	<b>1.910</b>	—	<b>35.177</b>
Dividendos aprovados pela ago	10	—	—	(1.910)	—	(1.910)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	6.151	6.151
Destinações propostas à ago:						
- Reserva legal	10	—	308	—	(308)	—
- Dividendos mínimos obrigatórios	10	—	—	—	(1.461)	(1.461)
- Dividendos adicionais propostos	10	—	—	4.382	(4.382)	—
<b>Saldos em 31.12.2013</b>		<b>33.133</b>	<b>442</b>	<b>4.382</b>	—	<b>37.957</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua —\*

\* continuação

**EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.**  
CNPJ nº 08.448.356/0001-02 - NIRE nº 22 3 0000820-0

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

**1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Eólica Pedra do Sal S.A. ("Pedra do Sal" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Município de Parnaíba (PI), constituída em 07.11.2006, que tem por objeto a geração de energia elétrica através de fontes renováveis.

A Companhia detém autorização outorgada pela Aneel para explorar o Parque Eólico Pedra do Sal, cuja capacidade instalada é de 18 MW<sup>1</sup> e capacidade comercial atual de 5,7 MW médios. A totalidade da energia produzida por esse parque eólico está contratada por 20 anos com a Eletrobras, através do Proinfa. A operação comercial do parque eólico teve início em dezembro de 2008.

A Pedra do Sal não possui empregados, sendo sua administração conduzida pela controladora indireta Tractebel Energia que é remunerada através de contrato de prestação de serviços, bem como reembolso das despesas com pessoal diretamente alocado no Parque Eólico.

**Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013**

A Medida Provisória (MP) 627/13, que altera a legislação tributária, entrará em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014.

A Administração, baseada em análises preliminares, entende que não haverá elevação de carga tributária em relação à legislação vigente e aguarda a votação das propostas de emendas pelo Congresso Nacional para decidir quanto à sua adoção antecipada.

**2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A moeda funcional da Companhia é o real.

Na elaboração das demonstrações contábeis foi utilizado o custo histórico como base de valor.

A Administração, quando necessário, se baseia em julgamentos e estimativas para o registro de certas transações. As principais estimativas utilizadas pela Companhia que afetam suas demonstrações contábeis são as vidas úteis do ativo imobilizado.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 31/03/2014.

**3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**a) Ativos financeiros**

**a.1) Caixa e equivalentes de caixa**

São mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e são compostos pelo caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata sem risco significativo de mudança de valor de mercado.

**a.2) Contas a receber de clientes**

São registradas inicialmente pelo valor da venda e posteriormente pelo custo amortizado. A Companhia não possui provisão para créditos de liquidação duvidosa em razão de não haver inadimplência.

**a.3) Depósitos vinculados**

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. Inicialmente são contabilizados pelo valor depositado e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações do valor justo são reconhecidas no resultado quando auferidas.

**b) Imobilizado**

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção. Os juros decorrentes do financiamento obtido de terceiro, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, foram computados como custo do respectivo imobilizado, até a conclusão do ativo qualificado.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel - as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro que compõem o empreendimento.

**c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado**

A Companhia avalia periodicamente os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis dessas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

De acordo com a avaliação da Companhia não há qualquer indicativo de que os valores contábeis da sua unidade geradora de caixa ou dos seus ativos intangíveis não serão recuperados através de suas operações futuras.

**d) Passivo financeiro - Financiamento**

É reconhecido inicialmente pelo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

**e) Demais ativos e passivos circulantes**

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridas.

**f) Reconhecimento da receita de venda de energia**

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma.

**g) Contratos de arrendamento**

Os arrendamentos mantidos pela Companhia são considerados como operacional, onde os valores contratados são reconhecidos no resultado durante a vigência do contrato.

**h) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando o Regime Tributário de Transição (RTT), e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

Em função da expectativa futura de mudança de regime tributário, a Companhia não constitui imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias.

**i) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas**

Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou determinadas premissas e julgamentos decorrentes de experiência histórica e outros fatores que considera como razoáveis e relevantes. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados em função de variáveis, premissas ou condições diferentes.

**4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31.12.2013	31.12.2012
<b>Caixa e depósitos bancários à vista</b>	<b>1.248</b>	<b>436</b>
<b>Citibank - fundo de Investimento exclusivo De renda fixa Operações compromissadas com títulos públicos federais<sup>2</sup></b>		
Nota do Tesouro Nacional (NTN - B)	938	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	10.256	4.511
	<b>12.442</b>	<b>4.947</b>

**5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	31.12.2013	31.12.2012
Energia assegurada	2.476	1.845
Ajuste financeiro	2.713	4.186
	<b>5.189</b>	<b>6.031</b>

Referem-se aos valores vencidos a receber da Eletrobras em função da venda da totalidade da sua energia através do Proinfa.

De acordo com os termos do contrato com a Eletrobras, o faturamento mensal da energia é composto por duas parcelas, sendo uma relativa à energia contratada, cuja base é a energia assegurada do parque eólico, e a outra referente ao ajuste financeiro, que corresponde à diferença entre a energia contratada e a efetivamente gerada pelo parque eólico. Este ajuste financeiro é apurado ao final de cada ano e compensado com o faturamento mensal correspondente ao ano seguinte, na proporção de 1/12 por mês.

No exercício de 2013 a quantidade de energia gerada foi superior à contratada resultando em um valor a receber de R\$ 2.713 ao longo do ano de 2014.

Os valores contratados são faturados mensalmente e recebidos em parcelas iguais em 20, 30 e 40 dias após o mês de competência do faturamento.

**6 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECUPERAR**

	31.12.2013	31.12.2012
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda	417	-
Contribuição social PIS <sup>3</sup> e Cofins <sup>4</sup>	1.412	1.348
Outros	-	1
	<b>1.956</b>	<b>1.349</b>
<b>Não Circulante</b>		
Imposto de renda	592	884
Contribuição social PIS e Cofins	188	466
	4.060	4.668
	<b>4.840</b>	<b>6.018</b>

**Social**

Os saldos de PIS e Cofins a compensar referem-se a créditos decorrentes das aquisições de máquinas e equipamentos e de gastos com a construção de

<sup>1</sup> As informações não financeiras contidas nestas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outras não são examinadas pelos auditores independentes.

<sup>2</sup> São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

<sup>3</sup> Programa de Integração Social.

<sup>4</sup> Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.



## EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

\* continuação

CNPJ nº 08.448.356/0001-02 - NIRE nº 22 3 0000820-0

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

edificações para a implantação de empreendimentos de geração de energia. Os créditos relativos às aquisições de máquinas e equipamentos podem ser compensados no próprio mês de sua constituição e os oriundos de gastos com construções de edificações vêm sendo compensados mensalmente na proporção de 1/24.

#### 7 - DEPÓSITOS VINCULADOS

Referem-se aos valores aplicados em conta reserva em cumprimento às exigências contidas no contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o objetivo de garantir o pagamento dos serviços da dívida, e para garantir os pagamentos dos serviços de operação e manutenção prestados por terceiros.

#### 8 - IMOBILIZADO

##### a) Composição

	Taxa média de depreciação %	31.12.2013			31.12.2012	
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>						
Edificações e benfeitorias	4,00	1.900	(340)	1.560	1.623	
Máquinas e equipamentos	4,79	93.521	(22.079)	71.442	75.874	
Móveis e utensílios	10,00	32	(10)	22	26	
		<b>95.453</b>	<b>(22.429)</b>	<b>73.024</b>	<b>77.523</b>	

##### Em curso

Máquinas e equipamentos		47	-	47	-	
		<b>47</b>	<b>-</b>	<b>47</b>	<b>-</b>	
		<b>95.500</b>	<b>(22.429)</b>	<b>73.071</b>	<b>77.523</b>	

##### b) Mutação

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	
				Total	Total
<b>Saldos em 31.12.2011</b>	<b>1.687</b>	<b>80.318</b>	<b>19</b>	-	<b>82.024</b>
Ingressos	-	-	-	16	16
Transferências	-	6	10	(16)	-
Depreciação	(64)	(4.450)	(3)	-	(4.517)
<b>Saldos em 31.12.2012</b>	<b>1.623</b>	<b>75.874</b>	<b>26</b>	-	<b>77.523</b>
Ingressos	-	21	-	47	68
Transferências	1	-	(1)	-	-
Depreciação	(64)	(4.453)	(3)	-	(4.520)
<b>Saldos em 31.12.2013</b>	<b>1.560</b>	<b>71.442</b>	<b>22</b>	<b>47</b>	<b>73.071</b>

##### c) Autorização do órgão regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração do Parque Eólico Pedra do Sal, com capacidade instalada de 18 MW, pelo prazo de 30 anos a contar da data de 02.10.2002, podendo ser prorrogada a critério da Aneel.

#### 9 - FINANCIAMENTO

##### a) Composição

	31.12.2013			31.12.2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>BNDES</b>						
Principal	4.159	53.693	57.852	3.665	58.159	61.824
Encargos	167	-	167	150	-	150
	<b>4.326</b>	<b>53.693</b>	<b>58.019</b>	<b>3.815</b>	<b>58.159</b>	<b>61.974</b>

##### b) Mutação

	31.12.2013		31.12.2012	
	Circulante	Não circulante	Total	Total
<b>Saldos em 31.12.2011</b>			<b>3.578</b>	<b>61.877</b>
Juros			4.863	-
Transferências			3.718	(3.718)
Amortização de principal			(3.447)	-
Amortização de juros			(4.897)	-
<b>Saldos em 31.12.2012</b>			<b>3.815</b>	<b>58.159</b>
Juros			4.090	-
Transferências			4.466	(4.466)
Amortização de principal			(3.882)	-
Amortização de juros			(4.163)	-
Outros			-	(90)
<b>Saldos em 31.12.2013</b>			<b>4.326</b>	<b>53.693</b>

##### c) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2015	4.456
2016	4.774
2017	5.115
2018	5.481
2019	5.872
2020 a 2023	27.995
	<b>53.693</b>

##### d) Condições contratadas

	Condições de pagamento		
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos
<b>BNDES</b>			
	TJLP + 1,92% a.a. <sup>(a)</sup>	12/2023	Mensais

<sup>(a)</sup> O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal do financiamento.

##### e) Garantias

As garantias contratadas são as seguintes: (i) Alienação fiduciária de bens e equipamentos; (ii) Totalidade das ações representativas do capital social; e (iii) Recebíveis e conta reserva.

##### f) Compromisso contratual (covenant)

O compromisso estabelecido no contrato com o BNDES é ter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida<sup>5</sup> ≥ 1,3, o qual está sendo integralmente atingido pela Companhia.

#### 10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social mediante a emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, com ou sem direito a voto, observadas as disposições legais aplicáveis.

##### b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 31.12.2013 e 31.12.2012, é de R\$ 33.133, totalmente subscrito e integralizado e representado por 33.133.110 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 33.133.109 pertencem a TBLP e 1 pertence à Tractebel Energia.

##### c) Reservas de lucros

##### - Reserva legal

Do lucro líquido ajustado do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. A referida reserva somente pode ser integralizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

##### d) Dividendos adicionais propostos

Os dividendos adicionais propostos sobre o lucro líquido, no montante de R\$ 4.382, serão mantidos no patrimônio líquido até sua aprovação pela AGO.

##### e) Dividendos aprovados

Durante o exercício de 2013 a AGO aprovou a distribuição dos dividendos adicionais propostos do exercício de 2012, no montante de R\$ 1.910.

##### f) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto da Companhia prevê a distribuição, em cada exercício social, de um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício. Em 31.12.2013, a Companhia propôs a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 1.461.

#### 11 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Em atendimento às exigências do CPC 30 - Receitas, a tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de vendas:

	31.12.2013	31.12.2012
<b>Receita operacional bruta</b>		
Suprimento de energia elétrica	20.153	21.891
<b>Deduções da receita Operacional</b>		
PIS e Cofins	(1.865)	(2.025)
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>18.288</b>	<b>19.866</b>

<sup>5</sup> Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: Geração de caixa da atividade/Serviço da dívida.

continua \*

\* continuação

**EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.**  
 CNPJ nº 08.448.356/0001-02 - NIRE nº 22 3 0000820-0

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

**12 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO**

	31.12.2013		31.12.2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>6.490</b>	<b>6.490</b>	<b>7.037</b>	<b>7.037</b>
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
<b>Despesas às alíquotas nominais</b>	<b>(1.623)</b>	<b>(584)</b>	<b>(1.759)</b>	<b>(633)</b>
<b>Diferenças permanentes:</b>				
Depreciação incentivada acelerada	1.224	440	1.219	439
Outras diferenças permanentes	161	43	117	56
<b>Imposto de renda e contribuição social - resultado</b>	<b>(238)</b>	<b>(101)</b>	<b>(423)</b>	<b>(138)</b>

A Companhia possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social em 31.12.2013 de R\$ 16.860 (R\$ 17.339 em 31.12.2012). Em função da expectativa futura de mudança de regime tributário para lucro presumido, a Companhia não constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os referidos valores.

**13 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**a) Gestão de risco**

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Pedra do Sal segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos da Tractebel Energia. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

**- Risco de mercado**

O gerenciamento deste risco é realizado pelo comitê da Tractebel Energia, cujo objetivo é proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros e índices de preços. No exercício de 2013 não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual administra e mensura esses riscos.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são os seguintes:

**- Riscos relacionados às aplicações financeiras**

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos, conforme previsto na "Política de Investimentos e Derivativos" adotada por sua controladora indireta, Tractebel Energia. As aplicações financeiras obedecem à alocação de no mínimo 90% dos recursos em Títulos Públicos Federais e no máximo 10% dos recursos em Títulos Privados. Os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos em decorrência de uma eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

**- Risco relacionado à dívida com taxa de juros flutuante**

Este risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos. A Companhia está exposta à taxa de juros relacionados às variações da TJLP. O saldo da dívida contratada com essa característica em 31.12.2013 é de R\$ 58.019.

**Análise de sensibilidade para exposição a risco de taxas de juros flutuantes**

De acordo com a análise de sensibilidade preparada pela Companhia, para cada 1,25 p.p. de aumento da TJLP, os juros anuais da Companhia seriam elevados em R\$ 965.

**- Risco de crédito**

Nas operações de aplicação no mercado financeiro, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras, que é revisada pelo Comitê Financeiro da Tractebel Energia, com base em critérios internos e em ratings divulgados pelas agências classificadoras de risco.

**- Risco de liquidez**

A Companhia, no intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, utiliza a política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

As aplicações financeiras correspondem substancialmente aos recursos no fundo de investimento exclusivo de Renda Fixa. O valor justo desse instrumento está avaliado pelos preços cotados dos títulos públicos que compõem esse fundo em mercado ativo (Nível I).

**b) Valor de mercado dos instrumentos financeiros**

O valor contábil do financiamento com o BNDES corresponde ao valor justo desse instrumento para empreendimentos equivalentes. A Companhia não

detém contrato de troca de índices ou moeda (*swaps*) ou que envolva operações com derivativos. Os instrumentos financeiros, disponibilidades e contas a receber e a pagar estão registrados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, os quais se aproximam dos valores de mercado.

**14 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

**a) Remuneração dos administradores**

Nos exercícios findos em 31.12.2013 e 31.12.2012 os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora indireta Tractebel Energia e as despesas com tal remuneração compõem o preço da prestação de serviços administrativos, abaixo descrita.

**b) Contratos de prestação de serviços**

A Companhia possui contrato com vigência por prazo determinado, renovável a cada 4 anos, com a controladora indireta, Tractebel Energia, que tem por finalidade a prestação dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da Companhia. O contrato é reajustado anualmente pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC). O valor reconhecido no resultado em 2013 foi de R\$ 100 (R\$ 92 em 2012).

**15 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO**

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo:

**a) Contrato de conexão e contrato de uso do sistema de distribuição**

A Companhia mantém contrato de conexão e de uso do sistema de distribuição com a Companhia Energética do Piauí (Cepisa), com vigência até a data de extinção da autorização da unidade geradora da Companhia, ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro. Em 31.12.2013, o saldo remanescente dos contratos é de R\$ 19.343 (R\$ 18.943 em 31.12.2012).

**b) Contrato de venda de energia**

A Pedra do Sal possui 49,6 GWh/ano de energia contratada com a Eletrobras, através do Proinfra, pelo prazo de 20 anos. O valor remanescente do contrato em 31.12.2013 é de R\$ 262.505 (R\$ 263.480 em 31.12.2012).

**c) Contrato de arrendamento**

A Companhia possui um contrato de arrendamento operacional do terreno onde está localizado o seu parque gerador, com prazo de vencimento em 2029. O valor mensal pago corresponde a um percentual sobre a receita operacional bruta. Em 2013, o total da despesa foi de R\$ 461 (R\$ 285 em 2012).

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**José Carlos Cauduro Minuzzo**

Diretor Presidente

**Artur Roberto Frota Ellwanger**  
 Diretor Técnico-Operacional

**Marcelo Cardoso Malta**  
 Diretor Administrativo e Financeiro

**CONTADOR**

**Luiz Francisco da Silva Eibs**  
 CRC SC 15196/O-S-PI

continua \*



## EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

\* continuação

CNPJ nº 08.448.356/0001-02 - NIRE nº 22 3 0000820-0

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da **Eólica Pedra do Sal S.A.**

Parnaíba - PI

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Pedra do Sal S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião

sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação

das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Pedra do Sal S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Florianópolis, 31 de março de 2014



**KPMG Auditores Independentes**

CRC SC-000071/F-8

**Claudio Henrique Damasceno Reis**

Contador CRC SC-024494/O-1

P.P. 16993

#### INDUSTRIAS DUREINO S/A

**CNPJ – 10.981.488/0001-39**  
**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convidados os acionistas desta Sociedade, a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em primeira convocação às 08(oito) horas do dia 17 de Maio de 2014, na sede social, na Rua Livramento 206 – Teresina - PI, CEP – 64.078-820, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia : -1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31/12/13 ; 2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício ; 4) Fixar os honorários dos Administradores para o exercício de 2.013.

Informamos aos Senhores Acionistas que os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei 6404/76 atualizada pela Lei 10.303 de 31/10/01, foram publicados no Diário Oficial do Estado do Piauí e no Diário do Povo nos dias 14/04/2014 e 17/04/2014 respectivamente.

Teresina(PI) ,17 de abril de 2014

O Conselho de Administração

**P.P. 16978**  
**3-3**

#### CANTO DO BURITI BIOELETRICIDADE S.A.

CNPJ/MF nº 14.780.903/0001-47  
NIRE 22.300.008.455

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente edital, ficam os senhores acionistas da **CANTO DO BURITI BIOELETRICIDADE S.A.** ("Companhia") convocados a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2014, às 17 horas, na sede social da Companhia, localizada na Fazenda Canto do Buriti, PI 141 km 22, na cidade Canto do Buriti, no Estado do Piauí, CEP 64.890-000, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e Relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013;
- Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e sobre a destinação de dividendos; e
- Destituir e eleger membros do Conselho de Administração da Companhia.

Canto do Buriti, 23 de abril de 2014.

Roberto Tristão Giesta  
Presidente do Conselho de Administração

**P.P. 16984**  
**3-2**